**AJES - FACULDADE DO VALE DO JURUENA
BACHARELADO EM DIREITO**

JÉSSICA NAIARA BORGES

**A APLICAÇÃO DA TEORIA DA IMPREVISÃO NOS CONTRATOS DE SAFRA
FUTURA NOS CASOS DE ADVERSIDADES CLIMÁTICAS**

Juína-MT

2020

**AJES - FACULDADE DO VALE DO JURUENA
BACHARELADO EM DIREITO**

JÉSSICA NAIARA BORGES

**A APLICAÇÃO DA TEORIA DA IMPREVISÃO NOS CONTRATOS DE SAFRA
FUTURA NOS CASOS DE ADVERSIDADES CLIMÁTICAS**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Direito da AJES – Faculdade do Vale do Juruena, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Direito, sob a orientação do Prof. Esp. Nader Thome Neto.

Juína –MT

2020

AJES - FACULDADE DO VALE DO JURUENA

BACHARELADO EM DIREITO

Linha de Pesquisa: Bibliográfica

BORGES, Jéssica Naiara. A Aplicação da Teoria da Imprevisão Nos Contratos de Safra Futura Nos Casos de Adversidades Climáticas. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – AJES – Faculdade do Vale do Juruena, Juína – MT, 2020.

Data da defesa: ____/____/2020.

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof. Esp. Nader Thome Neto.

AJES

Membro Titular: Prof. Esp. Éder de Moura Paixão Medeiros.

AJES

Membro Titular: Prof. Esp. Douglas Willians da Silva Santos.

AJES

DECLARAÇÃO DO AUTOR

*Eu, Jéssica Naiara Borges, portadora da Cédula de Identidade – RG nº 2161652-3 SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF sob nº 042.589.431-26, DECLARO e AUTORIZO, para fins de pesquisa acadêmica didática ou técnico-científica, que este Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado **A Aplicação da Teoria da Imprevisão nos Contratos de Safra Futura nos Casos de Adversidades Climáticas**, pode ser parcialmente utilizado, desde que se faça referência à fonte e à autoria.*

Autorizo, ainda, a sua publicação pela AJES, ou por quem dela receber a delegação, desde que também seja feita referência à fonte e à autoria.

Juína/MT, 30 de abril de 2020.

Jéssica Naiara Borges

DEDICATÓRIA

Dedico primeiramente a Deus, por me dar forças para continuar, me ajudando a enfrentar meus medos e desafios sem perder minha fé. Também à minha família, que sempre estiveram do meu lado me ajudando a me reerguer quando não tinha mais forças para acreditar, sem eles não seria nada.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus, por sempre me iluminar e me proteger de todo o mal, me dando forças e fé para não desistir nos momentos difíceis e ele sabe que foram muitos desses momentos, mas sua mão me amparou e me fez continuar.

Agradeço a minha avó Sônia e meu avô Aparecido, por estarem comigo sempre, me apoiando nas minhas decisões, sofrendo com minhas perdas e se alegrando com as minhas vitórias, sem eles nada seria, eles me tornaram a mulher que sou hoje, são os amores da minha vida e por eles me esforço a cada dia para ser alguém melhor.

Agradeço minha irmã Bruna que sempre me apoiou em todas as minhas decisões e sempre esteve do meu lado ouvindo minhas lamentações, me acalmando nas horas de desespero e me ajudando a buscar a melhor forma de resolvê-las.

Agradeço meu primo Dener por sempre me apoiar, sendo meu parceiro de estudos, me ouvindo também nos meus momentos de desespero e me ajudando a me animar, levantar e tentar de novo.

Agradeço meus amigos Danyla e Tomacheski, que me apoiaram muito no decorrer da vida acadêmica e durante também a elaboração deste trabalho, obrigado amigos por sempre estarem do meu lado e me ajudando a enfrentar os medos de não conseguir.

Agradecer meu orientador Professor Nader, por ter aceitado esse desafio, pois tivemos uma modificação de orientadores e meu trabalho chegou até ele, ainda em curso e mesmo assim ele aceitou a continuar, agradeço por tudo que tem me ajudado e por não desistir do meu trabalho e sempre estar disposto a me instruir da melhor forma.

Por último e não menos importante, agradeço a todos os professores que de certa forma me transmitiram seus conhecimentos durante todos esses anos, colaborando para o meu crescimento tanto profissional quanto pessoal, verdadeiros mestres, aqui meu muito obrigado.

*Eu amo a mulher que me tornei,
Porque eu lutei para ser ela.*

Nittany

RESUMO

Os contratos estão intrinsecamente ligados ao cotidiano, praticamente uma grande parte dos atos realizados são feitos através de contratos. Para apresentar validade é necessário seguir alguns requisitos que se dividem entre objetivos, subjetivos e formais. Existem também vários tipos contratuais, sendo assim, o objeto deste trabalho será os contratos de compra e venda de safra futura, que são considerados como contratos aleatórios e que são caracterizados por apresentarem um vasto campo de riscos, porém ao realizar um negócio jurídico aleatório, ambas as partes tomam ciência que se trata especificamente de um contrato onde o nível de risco é elevado. Dentre todos esses aspectos existe a segurança jurídica que busca o equilíbrio contratual, dessa maneira trabalhando para que o acordo entre as partes seja justo para ambas, entretanto esse é um caso que gera discussões acerca do *pacta sunt servanda* que significa que o contrato gera lei entre as partes e a teoria da imprevisão que proporciona a revisão e até mesmo a rescisão do contrato. A teoria da imprevisão é solicitada tão somente quando há desequilíbrio contratual, gerando muitas discussões e entendimentos contrários no que tange a segurança proferida pelo princípio do *pacta sunt servanda*. Porém a aplicação da teoria da imprevisão a essa modalidade contratual não acarretaria insegurança jurídica, já que seu objetivo é único e exclusivamente manter o equilíbrio contratual caso ocorra fatos imprevisíveis e extraordinários.

Palavras-chaves: Contratos Aleatórios; Pacta sunt servanda; Teoria da Imprevisão.

ABSTRACT

Contracts are intrinsically linked to everyday life, practically a large part of the acts performed are done through contracts. In order to be valid, it is necessary to follow some requirements that are divided between objectives, subjective and formal. There are also several types of contract, so the object of this work will be the contracts for the purchase and sale of future crops, which are considered as random contracts and which are characterized by presenting a wide field of risks, however when carrying out a random legal transaction, both parties are aware that it is specifically a contract where the level of risk is high. Among all these aspects there is legal certainty that seeks contractual balance, thus working so that the agreement between the parties is fair to both, however this is a case that generates discussions about the *pacta sunt servanda* which means that the contract generates law between the parties and the theory of the unforeseen that provides for the review and even the termination of the contract. The unpredictability theory is requested only when there is a contractual imbalance, generating many discussions and contrary understandings regarding the security given by the principle of *pacta sunt servanda*. However, the application of the unpredictability theory to this contractual modality would not result in legal uncertainty, since its objective is solely and exclusively to maintain the contractual balance in the event of unpredictable and extraordinary facts.

Keywords: Random Contracts; *Pacta sunt servanda*; Theory of Unpredictability.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. SURGIMENTO DOS CONTRATOS	13
1.1. REQUISITOS DO CONTRATO	15
1.2. PRINCÍPIOS CONTRATUAIS	19
1.2.1 Princípio da Autonomia da Vontade	20
1.2.2. Princípio da Supremacia da Ordem Pública	20
1.2.3. Princípio da Relatividade dos Efeitos do Contrato.....	21
1.2.4. Princípio da Obrigatoriedade dos Contratos.....	22
1.2.5. Princípio da Revisão dos Contratos ou da Onerosidade Excessiva.....	23
1.2.5.1. Teoria da Imprevisão	24
1.2.6. Princípio da Boa-Fé	29
1.3. FUNÇÃO SOCIAL DOS CONTRATOS	30
1.4. TIPOS DE CONTRATOS	30
1.4.1. Contratos gratuito, benéficos e onerosos	31
1.4.2. Contratos Comutativos	32
1.4.3. Contratos Aleatórios	33
1.4.4. Contratos Paritários e de Adesão	35
1.4.5. Contratos de execução instantânea, diferida e de trato sucessivo	37
1.4.6. Contratos personalíssimos e impessoais	38
1.4.7. Contratos individuais e coletivos	38
1.4.8. Contratos principais e acessórios	39
1.4.9. Contratos Solenes e Não Solenes	40
1.5. EXTINÇÃO CONTRATUAL.....	41
1.6. CLÁUSULA PENAL	43
2. AGRONEGÓCIO	44
2.1. O AGRONEGÓCIO NO BRASIL	45
2.2. SAFRA X SAFRINHA	46
2.3. COMMODITIES	54
2.4. BOLSA DE VALORES E MERCADO FUTURO	55

2.5. TRADING COMPANY	56
2.6. CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE SAFRA FUTURA	57
3. ADVERSIDADES CLIMÁTICAS DURANTE AS SAFRAS NO BRASIL	61
3.1. A IMPORTÂNCIA DO AGRONEGÓCIO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA.....	66
3.2. APLICAÇÃO DA TEORIA DA IMPREVISÃO NOS CONTRATOS DE SAFRAS PELOS TRIBUNAIS.....	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	76

INTRODUÇÃO

Os contratos estão intrinsecamente ligados ao cotidiano, mesmo nas compras de menores valores. Muitos não imaginam a importância de realizar um contrato utilizando as formas necessárias para se obter segurança jurídica, existem os contratos de forma livre que podem ser tanto da forma verbal quanto na forma escrita, porém existem exceções que não observadas pelos celebrantes acaba-se perdendo a segurança jurídica desse negócio, acarretando problemas futuros, tanto na entrega da coisa, quanto no recebimento.

Na compra e venda de safra futura os contratos são de suma importância. O agricultor que arriscar um contrato verbal com uma grande rede de alimentos, vendendo toda sua safra do ano, porém no ato da entrega a empresa que iria adquirir a safra simplesmente desiste do acordo, o prejuízo será enorme, por isso é necessário um contrato bem formulado, não deixando lacunas para entendimentos adversos.

A compra e venda de safra vem crescendo a cada dia no Brasil, conforme pesquisas feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no mês de agosto estima-se uma produção de 239,8 milhões de toneladas, ultrapassando o recorde obtido em 2017¹, afinal o País está no Ranking dos maiores produtores do mundo, com isso uma reflexão acerca da segurança jurídica dentro dessa modalidade contratual é de suma importância para quem já realiza ou irá realizar contratos de compra e venda de safra futura e hoje os contratos para venda da safra são utilizados safra após safra, não é mais como os anos passados que os produtores investiam em sua safra sem saber como seria o retorno, então plantavam e colhiam sem saber a quantidade seria vendida, colocavam em sacos e seguiam para os compradores que davam seu preço e como os produtores não tinham escolha, ou vendiam ou deixavam seu produto se deteriorar, acabavam vendendo.

Além de já existir muitos contratos dessa forma, existem também muitos pedidos de revisão contratual acerca do valor, pelo produto ter valorizado mais e na maioria das vezes utilizam-se do artigo 478 do Código Civil de 2002, usando como forma de justificativa os acontecimentos extraordinários e imprevisíveis.

¹ **AGENCIA IBGE NOTÍCIAS**. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25406-ibge-estima-safra-recorde-de-239-8-milhoes-de-toneladas-em-2019>> Acesso em 27 de abril de 2020 às 17:33 horas.

Uma das reclamações frequentes que dão início ao pedido de imprevisão nos contratos, são os valores das sacas, em muitos casos o valor no ato da entrega está consideravelmente alto e isso incomoda os vendedores, já que estão obrigados pelo contrato de compra e venda que em sua maioria já possuem preços estipulados.

Se o produtor não vender toda sua safra, pode optar por deixar uma porcentagem para trabalhar livremente, vendendo seu produto na forma que o mercado irá estar futuramente, obviamente ambas maneiras correm o risco de ter prejuízos, mas também vantagens, ou seja, não deixa de ser um contrato de riscos.

Nessa forma, o trabalho buscará apontar as falhas ao celebrar e ao pedir a revisão do contrato de compra e venda de safra futura, porque muitos casos as partes entram em ação judicial ficam “estacionadas” até a decisão, mas na maioria dos casos os mesmos sabem que a decisão será improcedente, observar esses pressupostos iria fazer muita diferença, também buscará elucidar as dúvidas acerca do que realmente se trata essa modalidade e quando de fato deve-se pedir a revisão contratual sem ferir o direito da outra parte.

1. SURGIMENTO DOS CONTRATOS

Vários autores descrevem o conceito de contrato, cada qual com sua especificidade, porém ambos chegam a um mesmo entendimento, dessa forma entende-se que é um vínculo jurídico entre as partes que possuem a mesma finalidade, baseando-se na vontade e a capacidade dos sujeitos, entre outras características.

Para Carlos Roberto Gonçalves “O contrato é uma espécie de negócio jurídico que depende, para a sua formação, da participação de pelo menos duas partes. É portanto, negócio jurídico bilateral ou plurilateral.”²

Nesse sentido o contrato depende de como será elaborado, havendo participação de duas ou mais pessoas, isto é, para que haja a existência de um negócio jurídico, deve no mínimo haver a participação de pelo menos duas pessoas.

Flávio Tartuce descreve contrato como “um ato jurídico bilateral, dependente de pelo menos duas declarações de vontade, cujo objetivo é a criação, a alteração ou até mesmo a extinção de direitos e deveres de conteúdo patrimonial.”³

O negócio jurídico decorre de um ato, realizado entre duas ou mais pessoas, tendo como objetivo adquirir ou extinguir direitos, adquirir um bem móvel ou imóvel, entre outras obrigações, tudo de acordo com as vontades de ambas as partes e respeitando os limites da previstos em lei.

Acerca dos contratos de compra e venda, Pablo Stolze descreve que “Trata-se, pois, de um negócio jurídico bilateral, pelo qual uma das partes (vendedora) se obriga a transferir a propriedade de uma coisa móvel ou imóvel à outra (compradora), mediante o pagamento de uma quantia em dinheiro (preço).”⁴

De acordo com ambos os autores, o contrato é ato bilateral ou plurilateral, ou seja, se faz necessário duas ou mais pessoas gozando de capacidade e objetivos em comum para que o negócio jurídico possa ser celebrado. Essa celebração se utiliza justamente para se obter

² Gonçalves, Carlos Roberto – **Direito civil brasileiro**, volume 3: contratos e atos unilaterais – 14. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2017. Página 20.

³ TARTUCE, Flávio – **Direito Civil, V3: Teoria dos Contratos em espécie** / Flávio Tartuce, 9 ed. rev. atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense – São Paulo, 2014, página 03.

⁴ GAGLIANO, Pablo Stolze – **Novo Curso de Direito Civil, volume 4, Tomo II: Contratos em espécies**/ Pablo Stolze Gagliano, Rodolfo Pamplona Filho, 7 ed. Ver. E atual – São Paulo: Saraiva. 2014. Página 33

segurança jurídica perante o negócio estabelecido entre as partes, tanto para realização de uma compra e venda, um contrato de locação ou até mesmo uma doação, tudo de acordo com o objetivo e as necessidades dos concordes.

Não se sabe precisamente a data de início dos contratos e como surgiram, apenas suponha-se que o mesmo tenha advindo de Roma, através de uma grande inspiração religiosa, legalizando-se assim as vontades humanas, ademais o princípio denominado *pacta sunt servanda* - Contrato faz leis entre as partes⁵, fora surgido também em Roma.

No direito romano clássico os contratos eram chamados de convenções e essas convenções seguiam a regra do formalismo e também tinham como uma espécie de segurança jurídica, a chamada *actio* – ação, ou seja, se um não cumprisse com sua obrigação, a parte lesada poderia iniciar uma ação solicitando os seus direitos perante o fato ocorrido. Havia também os pactos, que eram uma espécie de contrato informal, porém, por falta de formalidade o mesmo não gozava da proteção jurídica proporcionada pela *actio*.⁶

O Direito Romano, passou por várias evoluções, como a época Arcaica, Clássica, Pós-Clássica e a época Justiniana entre os anos 527 á 565 d.C. Na época Justiniana, o imperador teve seu período marcado por muitas desigualdades sociais, também marcado por impostos altíssimos.⁷

Por almejar a expansão do império, criou o código Justiniano, *Corpus Júrís Dominici*, e este consistia-se em quatro livros: Digesto (que eram as contribuições romanas); Código (a reunião das leis); Institutas (os princípios fundamentais do Direito Romano e manual para os estudantes) e as Novelas (que eram leis publicadas no governo), muitos aspectos incluídos no código, ainda são utilizados por vários países até os dias de hoje, inclusive o Brasil,⁸ algumas de suas normas:

⁵ JUS BRASIL, **História acerca do surgimento dos contratos**. Disponível em <<https://fernandobarbosa0.jusbrasil.com.br/artigos/640273674/historico-acerca-do-surgimento-dos-contratos>> Acesso em 03 de Janeiro de 2020 às 19:10 horas.

⁶ VENOSA, SILVIO DE SALVO, **Direito Civil: Contratos**. – 17. Ed. – São Paulo: Atlas, 2017, página 22.

⁷ JAIME MEIRA DO NASCIMENTO JUNIOR – Doutor em Direito Civil pela Universidade de São Paulo; Promotor de Justiça e PATRICIA NUNES LIMA BIANCHI – Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. **Reflexão Sobre o Estudo do Direito Romano**. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=281bc81fb21d55e2>> Acesso em 03 de Janeiro de 2020 às 19:20 horas.

⁸ ALUNOS ONLINE, **O governo de Justiniano**. Disponível em: <<https://alunosonline.uol.com.br/historia/o-governo-justiniano.html>> Acesso em 03 de janeiro de 2020 às 19:51 horas.

Ninguém é forçado a defender uma causa contra a própria vontade; Ninguém sofrerá penalidade pelo que pensa; Ninguém pode ser retirado á força de sua própria casa; Nada que se permita ao acusado deve ser permitido ao acusador; O encargo da prova fica com aquele que afirma e não com o que nega; Um pai não pode ser testemunha competente contra um filho, nem um filho contra o pai; A gravidade de uma ofensa passada não aumenta a do fato exposto; Na aplicação de penalidades, deve ser levada em conta a idade e a inexperiência da parte culpada.⁹

Muitas normas utilizadas para formar o Código Justiniano ainda se encontram presentes no atual ordenamento, tanto na Constituição Federal de 1988, quanto nos Códigos, dentre eles o Código Civil de 2002.

No Feudalismo existia uma espécie de contrato que se denominava contratos Feudo-Vassálicos, que nada mais era que uma espécie de “troca de favores” entre os senhores feudais e os vassallos, esse acordo ocorreu devido a invasão dos povos bárbaros, pois trouxe muita insegurança para a sociedade, assim os senhores feudais proporcionavam segurança aos desfavorecidos, enquanto os mesmos “pagavam” com trabalhos agrícolas. Os povos se aglomeravam em aldeias em torno dos castelos, assim trabalhavam para os senhores feudais e em troca recebiam a segurança que tanto almejavam.¹⁰

Existe uma incerteza acerca da data de início dos contratos, por esta se tratar de uma cultura muito antiga, não é possível dizer com clareza e precisão uma data específica, dessa forma o que pode ser observado é que apenas com as civilizações em um certo nível de desenvolvimento que consegue identificar algum registro.¹¹

1.1. REQUISITOS DO CONTRATO

Os contratos estão intrinsecamente ligados ao cotidiano, mesmo nas compras de menores valores. Muitos não imaginam a importância da realização de um contrato se valendo das formas necessárias para obter uma segurança jurídica.

Existem os contratos de forma livre que podem ser tanto da forma verbal quanto na forma escrita, porém existem exceções que não observadas pelos celebrantes acaba-se perdendo

⁹ ALUNOS ONLINE, **O governo de Justiniano**. Disponível em: <<https://alunosonline.uol.com.br/historia/o-governo-justiniano.html>> Acesso em 03 de janeiro de 2020 às 19:53 horas.

¹⁰ SIGNIFICADOS, **Significados do Feudalismo**. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/feudalismo/>> Acesso em 03 de janeiro de 2020 às 20:14 horas.

¹¹ JUS BRASIL, **Histórico acerca do surgimento dos contratos**. Disponível em: <<https://fernandobarbosa0.jusbrasil.com.br/artigos/640273674/historico-acerca-do-surgimento-dos-contratos>> Acesso em 03 de janeiro de 2020 às 20:20 horas.

a segurança jurídica desse negócio, acarretando problemas futuros, tanto na entrega, quanto no recebimento da obrigação.¹²

Para o Direito se faz de suma importância as provas quanto à título de comprovação da veracidade daquilo que está sendo questionado, por esse motivo o contrato se torna ainda mais importante, pois através dele a parte lesada pode comprovar o não cumprimento da obrigação, e qual foi a obrigação acordada entre as partes.¹³

Os requisitos se fazem tão importante quanto o próprio contrato, afinal sem eles o contrato pode ser considerado nulo, a nulidade está prevista no artigo 166 do Código Civil brasileiro de 2002, por isso ao elaborar um negócio jurídico deve se atentar nos mínimos detalhes, para que possa ter respaldo jurídico quando ocorrer alguma irregularidade quanto o cumprimento da obrigação.¹⁴

Por esse motivo um contrato formulado com as devidas precauções, se faz de toda importância para o indivíduo que pretende ter um respaldo jurídico, ou seja, uma segurança. Apesar de contratos estruturados possuir uma apreciação significativa, não significa que o indivíduo que não se valer de um negócio jurídico estará desprotegido, o que ocorre é a complexidade do ônus da prova, pois ele mesmo terá que construir provas, seja por testemunhas, mensagens, cartas, enfim, deverá apresentar documentos que comprovem seu pedido.

Como os contratos são de suma importância dentro da sociedade, tanto para negócios comerciais quanto pessoais, para que possam ser válidos e possuir a plena eficácia é necessário atender alguns requisitos, esses requisitos se dividem entre objetivos, subjetivos e formais. Os requisitos subjetivos se baseiam na capacidade do agente em contratar, na manifestação de duas ou mais vontades (sendo contrato bilateral ou plurilateral), na aptidão e no consentimento de ambas as partes.¹⁵

¹² DIREITO NET, **Contratos – Conceitos gerais**. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/resumos/exibir/191/Contratos-Conceitos-gerais>> Acesso em 03 de janeiro de 2020 às 20:25 horas.

¹³ JUS.COM.BR, **Das provas: a importância deste instituto jurídico para o Direito Civil brasileiro**. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/33700/das-provas-a-importancia-deste-instituto-juridico-para-o-direito-civil-brasileiro>> Acesso em 03 de janeiro de 2020 às 20:30 horas.

¹⁴ BRASIL, **Lei 10.406, Código Civil de 2002**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm> Acesso em 03 de janeiro de 2020 às 20:31 horas.

¹⁵ CENTRAL JURÍDICA, **Conceito, Requisitos e Princípios dos Contratos**. Disponível em <https://www.centraljuridica.com/doutrina/78/direito_civil/conceito_requisitos_principios_dos_contratos.html> Acesso em 03 de janeiro de 2020 às 18:15 horas.

A capacidade do agente em contratar, refere-se a ter capacidade civil absoluta ou relativa. Na capacidade absoluta considera-se o sujeito a partir dos 18 anos completos, lembrando que se trata de conhecimento errôneo proferir que deficientes mentais são incapazes, essa perspectiva fora modificada a partir da lei 13.146/2015 que entrou em vigor no final de dezembro de 2015, tornando-os sujeitos com poderes para tomar decisões sem a intervenção de um terceiro, a não ser que essa seja sua vontade, observando também que as partes devem manifestar vontade de contratar, e essa será válida desde que não havendo nenhum vício contratual.¹⁶

O consentimento das partes advém de uma série de verificações, dentre elas o objeto do negócio jurídico, as cláusulas descritas, as informações dos concordes, ambas devem estar em conformidade com o interesse das partes, caso contrário, deve-se haver uma modificação ou em casos de contratos de adesão até mesmo a desistência em participar, pois uma vez assinado, deve ser cumprido as obrigações.¹⁷

Os requisitos estão descritos no artigo 104, II, do Código Civil brasileiro de 2002, nesse parágrafo dispõe acerca do objeto, devendo este ser objeto lícito, possível, determinado ou determinável, primeiramente deve-se existir um objeto, que será o foco do contrato e possuirá os efeitos jurídicos, porém esse objeto deve ser lícito, e estando dentro das normas contratuais.¹⁸

No que tange o objeto da obrigação, deve esse ser lícito e possível, nesse sentido não pode o indivíduo celebrar um contrato de prestação de serviço de entrega de substância análoga a droga para uma determinada pessoa, ou um contrato de compra e venda de terrenos na lua, não existe segurança jurídica nesses casos por se tratar de objeto ilícito e impossível.¹⁹

O objeto deve ser determinado ou determinável, determinado quer dizer que o objeto já será especificado no contrato como sendo o que será recebido, como por exemplo a venda de um veículo de uma determinada marca e um determinado ano.²⁰

¹⁶ CONSULTOR JURÍDICO, **Com avanços legais, pessoas com deficiência mental não são mais incapazes**. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/2015-ago-16/processo-familiar-avancos-pessoas-deficiencia-mental-nao-sao-incapazes>> Acesso em 03 de janeiro de 2020 às 18:40 horas.

¹⁷ JUS BRASIL, **Vícios e defeitos dos negócios jurídicos** – Código Civil de 2002. Disponível em: < <https://rafagraner.jusbrasil.com.br/artigos/509900632/vicios-e-defeitos-dos-negocios-juridicos-codigo-civil-de-2002>> Acesso em 03 de janeiro de 2020 às 19:45 horas.

¹⁸ BRASIL, **Lei 10.406, Código Civil de 2002**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm> Acesso em 03 de janeiro de 2020 às 19:50 horas.

¹⁹ GONÇALVES, Carlos Roberto – **Direito civil brasileiro**, volume 3: contratos e atos unilaterais – 14. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2017. Página 41.

²⁰ Id. Ibid., p. 41.

O objeto determinável pode ser “escolhido”, ficando a critério do sujeito, um exemplo claro é um contrato de entrega de um veículo de qualquer modelo, porém especificando apenas a marca dele, nesse caso podendo ser qualquer veículo desde que seja da marca determinada marca escolhida pelos contratantes.²¹

De acordo com Carlos Roberto Gonçalves apesar de existir esses requisitos descritos em lei, o contrato deve possuir também um valor financeiro considerável para o âmbito jurídico:

Embora não mencionado expressamente na lei, a doutrina exige outro requisito objetivo de validade dos contratos: o objeto do contrato deve ter algum valor econômico. Um grão de areia, por exemplo, não interessa ao mundo jurídico, por não ser suscetível de apreciação econômica. A sua venda, por não representar nenhum valor, é indiferente ao direito, pois tão irrisória quantidade jamais levaria o credor a mover uma ação judicial para reclamar do devedor o adimplemento da obrigação.²²

Os contratos são instrumentos que asseguram direitos e deveres dos sujeitos, nesse sentido a colocação de Gonçalves está coerente, não havendo sentido realizar um contrato para adquirir algo com um valor insignificante.

Outro requisito dos contratos é a forma como ele será realizado, no Brasil a forma é livre, de acordo com as vontades das partes, seja escrito ou verbal, claro que em alguns casos de contratos, existem a formalidade prevista em lei, para que possa ter um respaldo quanto à segurança jurídica, de acordo com o artigo 107 do Código Civil que expõe: “Art. 107. A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir”.²³

Nesse sentido é válida qualquer manifestação de vontade entre as partes, seja escrita ou verbal, exceto as com exigibilidade prevista em lei. Nos dias atuais, muitos acordos são firmados via aplicativos de conversa, esse não deixa de ser um contrato válido, mas sempre observando as exigibilidades que a lei impõe e seus limites.²⁴

Considerando que o mundo está em constante avanço tecnológico, e que a maioria das pessoas utilizam meios de comunicações virtuais para realização de negócios jurídicos, vale

²¹GONÇALVES, Carlos Roberto – **Direito civil brasileiro**, volume 3: contratos e atos unilaterais – 14. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2017. Página 42.

²²Id. Ibid., p. 42.

²³BRASIL, **Lei 10.406, Código Civil de 2002**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm> Acesso em 03 de janeiro de 2020 às 20:31 horas.

²⁴DIREIO DIARIO, **Contrato pelo whatsapp pode?** Disponível em: <<https://direitodiario.com.br/contrato-pelo-whatsapp-pode/>> Acesso em 03 de janeiro de 2020 às 20:48 horas.

ressaltar que são válidas as decisões acerca de desistência contratual baseadas em conversas via aplicativo.²⁵

1.2. PRINCÍPIOS CONTRATUAIS

O Direito no âmbito geral é regido por vários princípios, que auxiliam na melhor forma de aplicação das normas. No direito contratual não se entende diferente, existem alguns princípios que tornam o contrato mais confiável, dentre eles estão: Princípio da autonomia da vontade; Princípio da supremacia da ordem pública; Princípio da relatividade dos efeitos do contrato; Princípio da revisão dos contratos ou da onerosidade excessiva e o Princípio da Boa-fé.²⁶

É de suma importância que os profissionais conheçam e dominem esses respectivos princípios do direito contratual, através deles poderão elaborar um contrato utilizando-se da melhor forma de aplicação das normas, aliás, as leis podem mudar, porém os princípios ainda continuam o mesmo.²⁷

Até mesmo os magistrados utilizam-se de princípios para embasar suas decisões. Desse modo pode-se identificar a importância de ambos para o ordenamento jurídico, somente a lei seca, fica muitas vezes de forma difícil de entendimento, por esse motivo o profissional pode se valer de usá-lo como complemento, assim deixando com clareza todos os pontos necessários de sua tese, facilitando a compreensão pelo magistrado.²⁸

²⁵ JUS BRASIL, **Mensagens via whatsapp são consideradas válidas na desistência de contrato**. Disponível em: <<https://fernandaiasmine.jusbrasil.com.br/artigos/389297180/mensagens-via-whatsapp-sao-consideradas-validas-na-desistencia-de-contrato>>. Acesso em 03 de janeiro de 2020 às 21:11 horas.

²⁶ JUS.COM.BR, **Princípios contratuais clássicos e modernos**. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/41845/principios-contratuais-classicos-e-modernos>> Acesso em 03 de janeiro de 2020 às 21:33 horas.

²⁷ DINALLO, Andressa Rangel, SILVA, Samara Monayari Magalhães, EBAID, Ana Paula Rodrigues Wstin – **A influência dos Princípios nas Decisões Judiciais**. Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE, Presidente Prudente, SP. Curso de Direito. 2018 Página 59. Disponível em: <<http://www.unoeste.br/site/enepe/2018/suplementos/area/Socialis/Direito/A%20INFLU%C3%8ANCIA%20DOS%20PRINC%C3%8DPIOS%20NAS%20DECISOES%20JUDICIAIS.pdf>> Acesso em 03 de janeiro de 2020 às 21:45 horas.

²⁸ Id. Ibid.

1.2.1 Princípio da Autonomia da Vontade

O princípio da autonomia da vontade, nada mais é do que o poder de escolha dos sujeitos, decidem com quem desejam realizar, e também as procedências do contrato, além de escolher o objeto pelo qual se firmará o negócio jurídico, utilizando um princípio como base para o acordo, a vontade das partes se faz essencial, afinal sem objetivos em comum, não há que se falar em contrato.²⁹

Silvio de Salvo Venosa descreve acerca dessa liberdade entre as partes de escolher como querem contratar:

Essa liberdade de contratar pode ser vista sob dois aspectos. Pelo prisma da liberdade propriamente dita de contratar ou não, estabelecendo-se o conteúdo do contrato, ou pelo prisma da escolha da modalidade do contrato. A liberdade contratual permite que as partes se valham dos modelos contratuais constantes do ordenamento jurídico (contratos típicos), ou criem uma modalidade de contrato de acordo com suas necessidades (contratos atípicos).³⁰

Conforme Venosa expõe em sua obra, a liberdade de contratar facilita para as partes no sentido de confeccionar um contrato que realmente atenda suas necessidades, que atenda suas expectativas, ambas as partes podem optar por um contrato que esteja previsto em lei, porém também possuem a liberdade de criar um contrato com seus moldes, claramente atendendo o previsto em lei, ou seja, não ultrapassando os limites impostos pela legislação.

A autonomia da vontade entende-se como “o livre arbítrio” do direito contratual, pode-se realizar contratos da forma que desejar, com o objeto e com quem pretender, porém se não observar alguns requisitos esse contrato não servirá de absolutamente nada, não terá respaldo jurídico, e poderá ser considerado nulo.³¹

1.2.2. Princípio da Supremacia da Ordem Pública

O princípio da supremacia da ordem pública é utilizado como uma forma de limitação do princípio anterior, como um estabelecedor de limites para a autonomia das vontades, não

²⁹ VENOSA, Sílvio de Salvo, Direito civil: **contratos / Sílvio de Salvo Venosa**. – 17. Ed. – São Paulo: Atlas, 2017 (Coleção Direito Civil;3), página 28.

³⁰Id. Ibid, p 28.

³¹ JUS.COM.BR, **A autonomia da vontade**. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/34446/a-autonomia-da-vontade>> acesso em 03 de janeiro de 2020 às 22:09 horas.

deixando que essas prejudiquem o bem social, ou seja, deixando o interesse público acima de qualquer vontade. A supremacia da ordem pública impõe que apesar das partes possuir liberdade para pactuar, precisam levar em consideração alguns aspectos para que esse contrato possa ser válido, aspectos esses como os bons costumes, moral, a natureza, a sociedade, dentre outros.³²

Conforme Carlos Roberto Gonçalves:

Em suma, a noção de ordem pública e o respeito aos bons costumes constituem freios e limites à liberdade contratual. No campo intervencionista, destinado a coibir abusos advindos da desigualdade econômica mediante a defesa da parte economicamente mais fraca.³³

Nesse sentido, a ordem pública vem justamente de forma a coibir atos que irá prejudicar a outra parte economicamente mais fraca. Também possui como finalidade pôr os interesses da sociedade acima de qualquer interesse privado, como por exemplo uma desapropriação de terreno, para construção de uma estrada, primeiro o interesse público, depois o interesse privado.

O interesse público precisou ganhar destaque nos contratos, justamente pela liberdade contratual, que poderia ocasionar muitos desequilíbrios entre as partes, principalmente no que tange a área econômica, então para evitar injustiças contratuais, se institui esse princípio em prol do coletivo.³⁴

1.2.3. Princípio da Relatividade dos Efeitos do Contrato

Esse princípio baseia-se em que os contratos apenas devem produzir efeitos entre as partes, ou seja, aqueles que se fazem vinculados por acordo de vontades, não afetando terceiros.

Segundo Paulo Nader:

A limitação dos efeitos às partes contratuais não chega a ser uma construção jurídica, mas assimilação de prática intuitiva, observada espontaneamente pela generalidade das pessoas nas relações sociais mais simples. Há exceções, todavia, fixadas em lei,

³² GONÇALVES, Carlos Roberto – **Direito civil brasileiro**, volume 3: contratos e atos unilaterais – 14. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2017. Página 51.

³³Id. Ibid. p 51.

³⁴ JUS BRASIL, **Princípios do direito contratual**. Disponível em: <<https://estherpereira.jusbrasil.com.br/artigos/338923793/principios-do-direito-contratual>> Acesso em 03 de janeiro de 2020 às 22:40 horas.

como a decorrente de convenção coletiva de trabalho, cujos preceitos alcançam indiscriminadamente uma categoria profissional³⁵.

Paulo Nader deixa claro que existem algumas exceções dentro deste princípio, expõe a convenção coletiva, que se trata de um acordo realizado entre o representante do sindicato juntamente com o empregador, ambos entram em um consenso, porém esse acordo não gera efeitos somente entre eles, mas sim engloba uma categoria especificada de trabalhadores, por esse motivo esse tipo de contrato é uma das exceções dentro deste princípio, pelo fato de alcançar terceiros.

1.2.4. Princípio da Obrigatoriedade dos Contratos

Também conhecido como Princípio da força vinculante dos contratos, e representa justamente essa força pactuada no contrato, ou seja, tudo aquilo que foi acordado entre as partes sem que haja nenhuma cláusula abusiva ou vício deverá ser cumprido.

Carlos Roberto Gonçalves diz o seguinte:

O aludido princípio tem por fundamentos: a) a necessidade de segurança nos negócios, que deixaria de existir se os contratantes pudessem não cumprir a palavra empenhada, gerando a balbúrdia e caos; b) a intangibilidade ou imutabilidade do contrato, decorrente da convicção de que o acordo de vontades faz lei entre as partes, personificada pela máxima *pacta sunt servanda* (os pactos devem ser cumpridos), não podendo ser alterado nem pelo juiz. Qualquer modificação ou revogação terá de ser, também, bilateral. O seu inadimplemento confere à parte lesada o direito de fazer uso dos instrumentos judiciais para obrigar a outra a cumpri-lo, ou a indenizar pelas perdas e danos, sob pena de execução patrimonial (CC, art. 389).³⁶

De acordo com Gonçalves, o princípio da obrigatoriedade vem trazer segurança jurídica para as partes pactuantes, pois deixa claro em seu esboço que não havendo nenhum vício de vontades, caso fortuito ou de força maior, não há que se falar em desistência, quebra do contrato, exceto se essa for a vontade de ambas as partes.

³⁵ NADER, Paulo – **Curso de direito civil, volume 3: contratos** / Paulo Nader. – 9. Ed. rev. E atual. – Rio de Janeiro: Forense, 2018, página 42.

³⁶ GONÇALVES, Carlos Roberto – **Direito civil brasileiro, volume 3: contratos e atos unilaterais** – 14. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2017. Página 56.

1.2.5. Princípio da Revisão dos Contratos ou da Onerosidade Excessiva

Diferentemente do Princípio da obrigatoriedade, permite que as partes recorram ao judiciário, para modificar ou anular algo no contrato. Literalmente confronta a obrigatoriedade dos contratos, pois se baseia em situações imprevisíveis, extraordinárias e supervenientes que podem advir no decorrer do contrato, podendo trazer onerosidade excessiva a uma das partes, enquanto a outra goza de benefícios desproporcionais.³⁷

A onerosidade contratual pode levar a resolução do contrato conforme artigo 478 do Código Civil:

Art. 478. Nos contratos de execução ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato. Os efeitos da sentença que a decretar retroagirão a data da citação.³⁸

Conforme artigo acima descrito, apenas pede-se a revisão sob onerosidade excessiva, quando presentes os requisitos, seja eles por acontecimentos extraordinários ou imprevisíveis. Pode a parte lesada postular pedido sob alegação de onerosidade excessiva, ficando o ônus da prova sob a responsabilidade dela. Esse princípio possui relação com o equilíbrio contratual, dessa forma buscando sempre manter o acordo justo para ambas as partes.

A parte lesada pode postular a resolução do contrato, porém para realizar um pedido de revisão do mesmo, ocorrerá somente se a outra parte se prontificar e concordar em alterar alguns aspectos para que esse negócio jurídico permaneça justo e seguindo o curso natural até sua extinção por cumprimento da obrigação.

O princípio da revisão dos contratos e onerosidade excessiva, é um dos requisitos mais relevantes para a aplicação da Teoria da Imprevisão, que possui como objetivo manter um contrato justo e equilibrado entre as partes.

³⁷GONÇALVES, MARIANA – **Princípio da revisão dos contratos ou da onerosidade excessiva**. Disponível em:< <https://www.marianagoncalves.com.br/post/principio-da-revisao-dos-contratos-ou-da-onerosidade-excessiva>> Acesso em 04 de janeiro às 07:30 horas.

³⁸ BRASIL, **Lei 10.406. Código Civil 2002**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm> Acesso em 04 de janeiro as 07:35 horas.

1.2.5.1. Teoria da Imprevisão

Apesar dos contratos serem regidos pelo *pacta sunt servanda*, existe no âmbito jurídico uma forma de pedir a resolução ou a revisão contratual, forma essa feita pela Teoria da Imprevisão que possui embasamento nos artigos 478 ao 480 do Código Civil.

O artigo 478 do Código Civil, dispõe que ao perceber que existe um alto prejuízo para uma das partes, cabe o lesionado o direito de pedir a resolução do contrato, porém para realizar o pedido, deve conter o requisito da onerosidade excessiva como previsto no artigo em questão.³⁹

Em outro momento, no artigo 479 do Código Civil, dispõe do cabimento da revisão contratual, pela qual as partes podem retificar as condições do contrato, deixando o de forma equilibrada e assim podendo continuar com o cumprimento da obrigação, sem que haja a necessidade do pedido de resolução.⁴⁰

Já o artigo 480 do Código Civil, assegura também a revisão para os contratos unilaterais, em que apenas uma das partes possui obrigação. Dessa forma o disposto no artigo é utilizado para evitar que ocorra a onerosidade excessiva em relação as prestações efetuadas na celebração do contrato.⁴¹

Apesar de estar presente em nosso Código Civil brasileiro de 2002, a Teoria da Imprevisão era prevista também no Código de Hamurabi, escrito no século XVIII a.C, em seu artigo 48º discorria da seguinte forma:

Art. 48º. Se alguém tem um débito a juros, e uma tempestade devasta o campo ou destrói a colheita, ou por falta de água não cresce o trigo no campo, ele não deverá nesse ano dar trigo ao credor, deverá modificar sua tábua de contrato e não pagar juros por esse ano.⁴²

³⁹ BRASIL. **Lei nº10.406. Código Civil.** Artigo 478. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm> Acesso em 19 de abril de 2020 às 15:10 horas.

⁴⁰ BRASIL. **Lei nº10.406. Código Civil.** Artigo 479. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm> Acesso em 19 de abril de 2020 às 15:10 horas.

⁴¹ BRASIL. **Lei nº10.406. Código Civil.** Artigo 480. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm> Acesso em 19 de abril de 2020 às 15:10 horas.

⁴² **CÓDIGO DE HAMURABI**, Disponível em < <http://www.culturabrasil.org/zip/hamurabi.pdf>> Acesso em 22 de abril de 2020 às 23:08

O código de Hamurabi, apesar de ter punições muito severas, pois era conhecido por tratar a justiça como “olho por olho e dente por dente”, já havia resquícios acerca da teoria da imprevisão em relação a problemas sofridos pelos agricultores em suas safras.

A aplicação da teoria da imprevisão, que é uma evolução da cláusula *rebus sic stantibus* (estando assim as coisas) foi pensada e executada após a Primeira Guerra Mundial, se tornou necessária pelo fato de muitos contratos estarem altamente onerosos para algumas partes, provocando benefício desproporcional para a outra.⁴³

Entende-se que a obrigatoriedade e a autonomia da vontade não seriam mais consideradas absolutas, estabeleceram-se então a possibilidade de revisar esse contrato ou até mesmo rescindi-lo se for o caso, essa questão foi desenvolvida para manter o equilíbrio contratual, para que seja realizado de uma forma justa.

Para que tenha aplicabilidade, é necessário que o fato ocorrido não tenha sido previsto, ou seja, que seja fato totalmente desconhecido pelas partes, no Brasil a teoria da imprevisão foi aplicada pela primeira vez pelo ministro Nelson Hungria nos anos 30.⁴⁴

A existência da Teoria da Imprevisão não acarreta insegurança jurídica, o próprio Código Civil brasileiro vigente prevê sanções para o descumprimento da obrigação, o que tange a revisão contratual é exatamente para não haver injustiças acerca de prejuízos descomunal para uma das partes.

Acerca de fatos imprevisíveis, discorre Venosa:

O princípio da obrigatoriedade dos contratos não pode ser violado perante dificuldades mezinhas de cumprimento, por fatores externos perfeitamente previsíveis. O contrato visa sempre a uma situação futura, um porvir. Os contratantes, ao estabelecerem o negócio, têm em mira justamente a previsão de situações futuras. A imprevisão que pode autorizar uma intervenção judicial na vontade contratual é somente a que refoge totalmente as possibilidades de previsibilidade. Vemos, portanto, que é fenômeno dos contratos que se protraem no tempo em seu cumprimento, e é inapropriada para os contratos de execução imediata. Desse modo, questões meramente subjetivas do contratante não podem nunca servir de pano de fundo para pretender uma revisão nos contratos. A imprevisão deve ser

⁴³ JUS.COM.BR, **Revisão contratual: comentários sobre a cláusula rebus sic stantibus e as teorias da imprevisão e da onerosidade excessiva**. Disponível em < <https://jus.com.br/artigos/18694/revisao-contratual-comentarios-sobre-a-clausula-rebus-sic-stantibus-e-as-teorias-da-imprevisao-e-da-onerosidade-excessiva> > Acesso em 31 de março de 2020 às 23:08 horas.

⁴⁴ JUS BRASIL, **Teoria da Imprevisão – Breves considerações**. Disponível em <<https://tatafreitas.jusbrasil.com.br/artigos/334204598/teoria-da-imprevisao-breves-consideracoes>> Acesso em 01 de abril de 2020 às 8:37 horas.

um fenômeno global, que atinja a sociedade em geral, ou um segmento palpável de toda essa sociedade.⁴⁵

Deve-se entender que não é qualquer fato que pode ser considerado imprevisível, Venosa explica de forma clara que deve se tratar de um fenômeno que atinja um segmento em geral e não somente um descumprimento por culpa de uma das partes.

A teoria da imprevisão anda entrelaçada com o equilíbrio contratual, seu objetivo não é retirar direitos, mas sim torná-lo justo para ambas, leva em consideração a igualdade entre as partes, o bom senso, a boa-fé contratual entre outros princípios norteadores das boas relações contratuais.⁴⁶

Para Álvaro Villaça Azevedo “[...] posicionamento doutrinário de que basta o desequilíbrio econômico do contrato, para que possa ele ser modificado ou resolvido, em razão da simples ocorrência da onerosidade excessiva, independentemente da ocorrência de qualquer previsibilidade.”⁴⁷

Para Álvaro Villaça basta apenas a comprovação da onerosidade excessiva para a aplicação da teoria da imprevisão nos contratos. Nessa concepção, havendo evidências esclarecedoras da onerosidade excessiva seria suficiente para o reconhecimento da revisão contratual ou até mesmo a extinção do contrato.

Os contratos agrícolas apresentam demasiados riscos, dentre eles o clima, as pragas e também a variação da moeda, valores que se mantem em constante mudanças.⁴⁸ Apesar de não ser uma convicção majoritária, a teoria da imprevisão caberia nessa modalidade contratual, tendo em sua defesa os mesmos riscos, porém enaltecendo que quando provocados em

⁴⁵ VENOSA, Sílvio de Salvo, **Direito civil: teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos** 13 ed. 2013, página 486. Acesso em 24 de abril de 2020.

⁴⁶ JUS BRASIL, **A teoria da imprevisão e seus reflexos na função social do contrato**. Disponível em <<https://fabimartin.jusbrasil.com.br/artigos/446131279/a-teoria-da-imprevisao-e-seus-reflexos-na-funcao-social-do-contrato>> Acesso em 01 de abril de 2020 às 12:26.

⁴⁷ ÁLVARO VILLAÇA AZEVEDO, **Inaplicabilidade da teoria da imprevisão e onerosidade excessiva na extinção dos contratos**. Disponível em <<http://www.ablj.org.br/revistas/revista36e37/revista36e37%20%C3%81LVARO%20VILLA%20C3%87A%20AZEVEDO%20Inaplicabilidade%20da%20teoria%20da%20imprevis%C3%A3o%20e%20onerosidade%20excessiva%20na%20extin%C3%A7%C3%A3o%20dos%20contratos.pdf>> Acesso em 24 de abril de 2020 às 22:30 horas.

⁴⁸ EMBRAPA, **Riscos na agricultura**. Disponível em <<https://www.embrapa.br/visao/riscos-na-agricultura>> Acesso em 24 de abril de 2020 às 23:56 horas.

proporções exorbitantes, podem acarretar prejuízo imensuráveis, mesmo estando o produtor cumprindo todos os cuidados possíveis para manter afastado os riscos do contrato.⁴⁹

Para o Doutor em Direito César Fiuza, a não aplicabilidade da teoria nos contratos aleatórios pode “conduzir a situações de extremada injustiça”.⁵⁰ Em outro momento compartilha o seguinte entendimento:

O que se deve ter em mente é que, quando se afirma que os contratos aleatórios não reservam lugar à cláusula *rebus sic stantibus*, o que se quer dizer é que não se pode reconhecer direito àquele que assumiu certo risco de, exatamente com base nesse risco assumido, invocar as benesses da revisão do contrato. É como se o segurador se negasse a pagar a indenização, alegando que o acidente em que se envolveu o automóvel segurado foi fato imprevisto. Mesmo assim, dependendo das circunstâncias, será possível, por princípio de equidade, a aplicação da norma contida na cláusula revisionista, se as consequências do risco assumido ultrapassarem os lides da razoabilidade aceitável, conduzindo a relação contratual a desequilíbrio insensato e injusto.⁵¹

Um dos defensores da doutrina minoritária acerca dessa questão, expõe como se os contratos aleatórios fossem privados de justiça quando essa fosse solicitada. O princípio da equidade mencionado pelo autor, em seu entendimento é perfeitamente possível, afinal através desse princípio o magistrado poderá analisar o caso concreto e aplicar dentro dos limites do Direito uma decisão coerente e justa.

O enunciado 175 do Conselho Justiça Federal, diz que “A menção a imprevisibilidade e a extraordinariedade, insertas no art. 478 do Código Civil, deve ser interpretada não somente em relação ao fato que gere o desequilíbrio, mas também em relação às consequências que ele produz”.⁵² Nesse sentido, não deve somente ser avaliado o fato ocorrido, mas também as proporções alcançadas por ele, indubitavelmente as proporções alcançadas por fatores climáticos extraordinários, provocam consequências em muitos casos irreversíveis, gerando prejuízos incalculáveis para a lavoura.

⁴⁹ GALVÃO, Silvano Macedo; Lopes, Priscila Assunção. **A incidência da teoria da imprevisão nos contratos aleatórios na perspectiva dos contratos futuros agrícola**. Revista da Faculdade de Direito da UFRGS, Porto Alegre, 2017. Página 48. Disponível em: < <https://www.seer.ufrgs.br/revfacdir/article/download/70099/44450>> Acesso em 24 de abril de 2020 às 00:15.

⁵⁰ FIUZA, Cesar. **Aplicação da cláusula *rebus sic stantibus* aos contratos aleatórios** – 1999. Página 6 Disponível em < <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/527/r144-01.PDF?sequence=4&isAllowed=y>> Acesso em 25 de abril de 2020 às 00:35 horas.

⁵¹ Id. Ibid. pag. 9.

⁵² **CJF-ENUNCIADOS**. Disponível em < <https://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/316>> Acesso em 25 de abril de 2020 às 21:19 horas.

No Brasil existem seis tipos de clima, Equatorial que abrange a região Amazônica, também uma parte do estado de Mato Grosso e Maranhão, esse tipo de clima caracteriza-se por uma grande umidade do ar e também com chuvas no decorrer do ano, no clima Tropical, engloba as regiões Centro-Oeste, Nordeste, Norte e Sudeste, caracteriza-se por inverno seco e verão chuvoso, tendo assim estações bem definidas, no clima Semiárido concentra-se no interior nordestino, caracterizam-se por secas devido a irregularidades das chuvas, no clima Tropical de altitude concentrado nos estados do Sudeste caracteriza-se por geadas no inverno, no clima tropical atlântico abrange a zona litorânea, caracterizam-se por chuvas bem distribuídas e por último o clima subtropical também caracterizado por possuir chuvas bem distribuídas e um verão quente e um inverno muito frio, com possibilidade de geada em algumas localidades.⁵³

Como percebe-se, o clima no Brasil se apresenta bem distribuído e de certa forma previsível, o que pode ser analisado é que cada região possui sua especificidade e por essa razão cada produtor sabe exatamente a data favorável para o plantio de sua lavoura. Não resta dúvidas que ao firmar negócio jurídico ambos assumem os riscos, como em qualquer outra modalidade contratual, o diferencial é que com o clima definido, e sem previsão de uma excessiva mudança climática e essa acabar ocorrendo pode acarretar grandes prejuízos, configurando fator evidentemente extraordinário.

Para título de complemento, Orlando Gomes diz que, “fora de sua área contratual específica, os contratos aleatórios podem perfeitamente sofrer os efeitos de acontecimentos supervenientes, extraordinários e imprevisíveis, que prejudiquem o equilíbrio entre as prestações”.⁵⁴

O equilíbrio contratual deve ser mantido em toda e qualquer modalidade contratual, também acaba sendo requisito para a aplicação da teoria da imprevisão, uma vez que desestabelecido o equilíbrio entre as prestações, a parte lesada pode se valer de seu direito para restabelecê-lo novamente.

⁵³ BRASIL ESCOLA, **Climas do Brasil**. Disponível em: < <https://brasilescola.uol.com.br/brasil/os-climas-brasil.htm> > Acesso em 25 de abril de 2020 às 23:24 horas.

⁵⁴ GOMES, ORLANDO, **Contratos**. Rio de Janeiro, Forense 2002, Página 218.

1.2.6. Princípio da Boa-Fé

O princípio da Boa-fé, parte da presunção de que as partes irão cumprir o acordado, sem que haja resistência entre ambas, como uma forma de honestidade dentre o acordo.

Alguns anos atrás as pessoas realizavam acordos apenas na forma verbal e não havia essa formalidade que existe no tempo atual, acreditavam-se muito na palavra um do outro. Hoje os contratos são feitos com todas as formalidades possíveis, apesar de haver a presunção da boa-fé, necessitam também obter meios para adquirir respaldo jurídico, essa se faz como uma seguridade a mais do que apenas a palavra e demonstração de vontade do outro.

Segundo artigo 422 do Código Civil: “Art. 422. Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé”.

O referido artigo tem como objetivo firmar que ambas as partes mantenham o combinado, presando pelos bons modos, pela boa-fé e se um alegar que o outro está agindo de má-fé, ficando a este o ônus de provar tal denúncia.

Existem dois tipos de boa-fé, a objetiva e a subjetiva. Boa-fé subjetiva se refere a um convencimento individual, o sujeito acredita veridicamente que seu ato esta conforme a lei, não acreditando que de alguma forma está prejudicando o outro, ou seja, está agindo com boa vontade, porém sem perceber que se trata de ato prejudicial a outra parte.⁵⁵

Conforme Carlos Roberto Gonçalves:

Diz respeito ao conhecimento ou a ignorância da pessoa relativamente a certos fatos, sendo levada em consideração pelo direito, para fins específicos da situação regulada. Serve á proteção daquele que tem consciência de estar agindo conforme o direito, apesar de ser outra a realidade.⁵⁶

Boa-fé objetiva se distingue da boa-fé subjetiva, pois se baseia pelos costumes e aspectos sociais, como se fosse aquela questão moral do indivíduo. A boa-fé em sentido geral é encontrada em toda relação contratual, seja no Código Civil, quanto no Código do Consumidor, ou seja, a boa-fé contratual, além da segurança jurídica pela formalidade, traz para

⁵⁵ AMBITO JURIDICO, **A boa-fé no direito obrigacional**. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-civil/a-boa-fe-no-direito-obrigacional/>> Acesso em 04 de janeiro de 2020 às 07:45 horas.

⁵⁶ GONÇALVES, Carlos Roberto – **Direito civil brasileiro, volume 3: contratos e atos unilaterais** – 14. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2017. Página 65.

a outra parte a segurança de que o cumprimento do acordo seja importante para ambas. Os contratos plurilaterais, é formado por mais de duas pessoas.

1.3. FUNÇÃO SOCIAL DOS CONTRATOS

A função social do contrato está materializada no artigo 421 do Código Civil brasileiro: “Art. 421. A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato”.⁵⁷

Nesse sentido o referido artigo diz que os contratantes possuem toda liberdade para contratar, mas que dentro dessa liberdade existem algumas regras, tanto com o objeto quanto com o conteúdo desse contrato, isso ocorre porque a função social do contrato atinge diretamente a ideia da prevalência dos interesses coletivos frente aos individuais.

A função social do contrato tem como propósito a ideia da sua finalidade, ou seja, cada contrato tem é regido por um propósito, por esse modo diz que o contrato serve como circulação de riquezas para alcançar fins comuns se por ventura isso não acontecer ele não estará respeitando sua função social.

Existe uma ideia fundamental por traz da função social que é uma limitação na autonomia da vontade, com intuito de proteger os interesses sociais, pode as partes revisar as cláusulas dos contratos, para ver se não possui nenhuma cláusula abusiva que possa levar o contrato a nulidade, observando também suas obrigações para com a sociedade, com os terceiros, precisa saber se o contrato busca e atinge a sua finalidade como fonte de equilíbrio social.⁵⁸

1.4. TIPOS DE CONTRATOS

Os contratos podem ser divididos entre unilaterais, bilaterais e plurilaterais, os contratos unilaterais geram obrigação somente para uma das partes, a doação se caracteriza como sendo

⁵⁷ BRASIL, **Lei 10.406. Código Civil 2002**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm> Acesso em 04 de janeiro as 07:35 horas.

⁵⁸ JUS.COM.BR, **A função social do contrato**. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/55671/a-funcao-social-do-contrato>> Acesso em 04 de janeiro de 2020 às 08:31 horas.

contrato unilateral, por apenas uma das partes possuir obrigação de dar, porém também se trata de um contrato gratuito, sendo que apenas uma das partes possui benefício de receber algo.⁵⁹

O contrato bilateral, gera obrigação para ambos os lados, como por exemplo o contrato de compra e venda, as duas partes possuem obrigações, uma de entregar a coisa e a outra de pagar o combinado.⁶⁰

Os contratos plurilaterais são formados por mais de duas pessoas, cada qual com seus respectivos interesses, pode ser compreendido como contrato plurilateral os negócios jurídicos de sociedade.⁶¹

No âmbito contratual, existem diversos tipos de negócios jurídicos, cada qual com sua especificidade, assim podendo as partes optarem por aquele que melhor atende seus interesses. São eles os contratos comutativos, aleatórios, paritários e de adesão, de execução instantânea, diferida e de trato sucessivo, personalíssimos e impessoais, individuais e coletivos, principais e acessórios e contratos solenes e não solenes.

1.4.1. Contratos gratuito, benéficos e onerosos

Todo contrato gratuito é unilateral, gerando obrigação apenas para uma das partes, enquanto a outra goza de benefícios, por exemplo o contrato de comodato, em que ocorre o empréstimo de coisa infungível, para que a outra parte desfrute e devolva em uma determinada data.⁶²

Nos contratos onerosos existe uma carga de responsabilidade para cada parte contratante, por exemplo o contrato de compra e venda, locação, esses são contratos onerosos, pelo fato de exigir de ambas as partes responsabilidade da obrigação, como se perdesse e ganhasse ao mesmo tempo, no sentido de uma parte entregar a coisa e ao mesmo tempo receber

⁵⁹ NADER, PAULO, **Curso de Direito Civil**, volume 3: Contratos/ Paulo Nader. -9. Ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Forense, 2018, Página 298.

⁶⁰ GONÇALVES, Carlos Roberto – **Direito civil brasileiro, volume 3: contratos e atos unilaterais** – 14. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2017. Página 112 livro.

⁶¹ NADER, PAULO, **Curso de Direito Civil**, volume 3: Contratos/ Paulo Nader. -9. Ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Forense, 2018, Página 73.

⁶² GAGLIANO, Pablo Stolze – **Novo Curso de Direito Civil, volume 4, Tomo II: Contratos em espécies/ Pablo Stolze Gagliano, Rodolfo Pamplona Filho**, 7 ed. rev. e atual – São Paulo: Saraiva. 2014. Página 286.

um valor por ela, da mesma forma a outra parte que pega a coisa e em troca entrega o dinheiro como pagamento.

Segundo Silvio Venosa:

Nos contratos gratuitos, toda a carga de responsabilidade contratual fica por conta de um dos contratantes; o outro só pode auferir benefícios do negócio. Daí a denominação também consagrada de contratos benéficos. Inserem-se nessa categoria a doação sem encargo, o comodato, o mútuo sem pagamento de juros, o depósito e o mandato gratuitos. Há uma liberalidade que deixa de ser gratuito o contrato que circunstancialmente impõe deveres á parte beneficiada, como o dever do donatário em não incorrer em ingratidão.⁶³

Nesse caso diferentemente dos contratos onerosos, há um desequilíbrio no sentido da obrigação, como por exemplo a doação sem encargo e o comodato, ambos exemplos somente o doador ou comodante possuem um comprometimento econômico enquanto a outra parte ficará apenas com o benefício sem encargos, sem ônus.

1.4.2. Contratos Comutativos

Nos contratos comutativos, as prestações são certas e determinadas, ou seja, é aquele em que as partes possuem conhecimento de quais serão as prestações e obrigações a serem realizadas. Essa ciência se dá no momento da celebração do contrato, neste momento cada uma delas ficará cientes de cada prestação e caberá a cada uma delas praticar.

Outro exemplo também é o contrato de compra e venda, porque no momento em que o vendedor está mostrando o produto para o comprador, ambos sabem quais serão as obrigações de cada um, ou seja, o vendedor sabe que deve entregar a coisa e o comprador sabe também que precisa entregar o valor correspondente à coisa.⁶⁴

Segundo Carlos Roberto Gonçalves:

Na ideia de comutatividade está presente a de equivalência das prestações, pois, em regra, nos contratos onerosos, cada contraente somente se sujeita a um sacrifício se receber, em troca, uma vantagem equivalente. Todavia, pode não haver equivalência objetiva, mas subjetiva, existente apenas no espírito dos contraentes, e não

⁶³ VENOSA, Sílvio de Salvo, Direito civil: **contratos / Sílvio de Salvo Venosa**. – 17. Ed. – São Paulo: Atlas, 2017 (Coleção Direito Civil;3), página 5.

⁶⁴NADER, PAULO, **Curso de Direito Civil**, volume 3: Contratos/ Paulo Nader. -9. Ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Forense, 2018, Página 168.

necessariamente na realidade, visto que cada qual é juiz de suas conveniências e interesses.⁶⁵

Como Gonçalves pontua em sua obra, cada sujeito sabe o que é de seu interesse e o que lhes convém, os sujeitos no contrato comutativo possuem ciência de que terão obrigações certas a serem cumpridas, prestações que podem ser idealizadas no ato da celebração do negócio jurídico.

Essa modalidade apesar de possuir semelhanças com os contratos aleatórios, se distingue no que tange a visibilidade dos ganhos e sacrifícios que surgirão no decorrer do cumprimento da obrigação, ou seja, as partes podem antever as vantagens e os sacrifícios do negócio jurídico firmado entre elas.

O contrato de compra e venda também pode ser considerado comutativo, porém deve-se observar suas especificidades, é por exemplo uma compra e venda a prazo, em que ambas as partes fixam as prestações, antevendo também um período para o fim das prestações, dessa forma possui uma previsão dos sacrifícios e ganhos relacionadas ao negócio jurídico.⁶⁶

1.4.3. Contratos Aleatórios

Caracteriza-se pela incerteza das vantagens e riscos que terão ao decorrer do contrato, desse modo, as partes assumem o risco em contratar sem ter algo pré-estabelecido em relação às vantagens e desvantagens (sacrifícios) acerca do contrato, por essa razão essa modalidade de contrato também é chamada de contrato de risco.⁶⁷

Flávio Tartuce ressalta sobre essa modalidade da seguinte forma:

Interessante ressaltar que alguns negócios são aleatórios devido à sua própria natureza, caso dos contratos de seguro e de jogo e aposta. Em outros casos, contudo, o contrato é aleatório em virtude da existência de um elemento accidental, que torna a coisa ou o objeto incerto quanto à sua existência ou quantidade, como ocorre na compra e venda de uma colheita futura. Percebe-se, por esse exemplo, que a compra

⁶⁵ GONÇALVES, Carlos Roberto – **Direito civil brasileiro**, volume 3: contratos e atos unilaterais – 14. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2017. Página 117.

⁶⁶ VENOSA, Sílvio de Salvo, **Direito civil: contratos / Sílvio de Salvo Venosa**. – 13. Ed. – São Paulo: Atlas, 2013 (Coleção Direito Civil;3), página 450.

⁶⁷ BARBOSA, Robson Rodrigues, **Classificação dos Contratos Civis**. Disponível em: <<https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/18152/classificacao-dos-contratos-civis>> Acesso em 04 de janeiro de 2020 às 11:08 horas.

e venda também pode assumir a forma aleatória, excepcionando a regra relativa à sua natureza comutativa.⁶⁸

O seguro é uma forma de contrato aleatório, cujo ambas as partes assumem o risco, podendo ser esse o seguro de um veículo por exemplo, cujo a seguradora se prontifica a arcar com todas as despesas referente ao o que ocorrer com o veículo, seja, roubo, furto ou acidente.

Ao contratar os serviços de seguro, existe uma prestação paga todo mês pelo o contratante, neste caso, ambas as partes correm riscos, a seguradora de arcar com despesas que podem ser altíssimas do veículo e o proprietário do veículo que pode em nenhum momento necessitar dos serviços prestados pela seguradora, dessa forma fica claro como é entendido o contrato aleatório.

Conforme artigo 458 do Código Civil:

Art. 458. Se o contrato for aleatório, por dizer respeito a coisas ou fatos futuros, cujo risco de não virem a existir um dos contratantes assuma, terá o outro direito de receber integralmente o que lhe foi prometido, desde que de sua parte não tenha havido dolo ou culpa, ainda que nada do avençado venha a existir.⁶⁹

O artigo 458 do Código Civil, discorre em seu texto, que ambas as partes assumem o risco do objeto vir a não existir, e que mesmo dessa maneira, ainda assim existirá a obrigação em cumprir o contratado.

Durante a vigência do negócio jurídico muitas ocorrências podem surgir. Alguns dos motivos para que isso ocorra é exatamente essa incerteza que essa modalidade contratual possui. Mesmo que as partes estejam cientes dos riscos presente no contrato, quando ocorre algum imprevisto, acabam recorrendo à justiça, porém muitas vezes sem êxito, pois muitos magistrados reconhecem que as partes tomam ciência no ato da celebração de que o próprio objeto possui risco por si só, sendo assim as partes possuem a plena consciência ao contratarem, não há como solicitar revisão ou resilição de algo que está sendo cumprido conforme combinado.

Conforme artigo 459 do Código Civil:

⁶⁸ TARTUCE, FLAVIO, Direito Civil, V.3: **Teoria Geral dos Contratos e Contratos em Espécie/ Flavio Tartuce**: 9 ed. rev. atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense – São Paulo: Método, 2014, Página 34.

⁶⁹ BRASIL. **Lei nº10.406. Código Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm> Acesso em 04 de Janeiro de 2020 às 11:40 horas.

Art. 459. Se for aleatório, por serem objeto dele coisas futuras, tomando o adquirente a si o risco de virem a existir em qualquer quantidade, terá também direito o alienante a todo o preço, desde que de sua parte não tiver concorrido culpa, ainda que a coisa venha a existir em quantidade inferior a esperada. Parágrafo único. Mas, se da coisa nada vier a existir, a alienação não haverá, e o alienante restituirá o preço recebido.⁷⁰

O artigo 459 do Código Civil, traz exatamente a ciência das partes, que há o risco da coisa existir em menor quantidade, dessa forma se não houver culpa o alienante possui o direito de receber o valor total acordado entre as partes, caso houver culpa por parte do alienante, o mesmo deve restituir o valor recebido.

Poderá ter sua resilição confirmando-se alguns aspectos, como por exemplo um benefício e onerosidade extremamente excessiva entre as partes, caso contrário cumpra-se o combinado.⁷¹

1.4.4. Contratos Paritários e de Adesão

Os contratos paritários proporcionam aos interessados a discussão acerca das cláusulas, do modo que irão realizar o contrato, discutem com plena igualdade entre as partes, nessa modalidade possuem a liberdade de alterar, incluir vontades, realizando sempre com o consentimento de ambos.

Segundo Carlos Roberto Gonçalves:

Contratos paritário são aqueles do tipo tradicional, em que as partes discutem livremente as condições, porque se encontram em situação de igualdade (par a par). Nessa modalidade há uma fase de negociações preliminares, na qual as partes, encontrando-se em pé de igualdade, discutem as cláusulas e condições do negócio.⁷²

Dessa forma as partes se encontram em pé de igualdade, significando que ambas podem discutir a melhor maneira para realização do negócio jurídico, casos comuns são encontrados quando se aluga um imóvel, pode as partes entrarem em um consenso referente ao valor e assim ajustar o contrato da forma que melhor atenda as expectativas de ambos.

⁷⁰ BRASIL, **Lei nº10.406. Código Civil**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm> Acesso em 04 de janeiro de 2020 às 12:55 horas.

⁷¹ MENEZES, RAFAEL, **Fonte das obrigações**. Disponível em: <<http://rafaeldemenezes.adv.br/aula/fonte-das-obrigacoes/aula-11-2/>> Acesso em 04 de janeiro de 2020 às 13:02 horas.

⁷² GONÇALVES, Carlos Roberto – **Direito civil brasileiro**, volume 3: contratos e atos unilaterais – 14. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2017. Página 121.

Ísis Souza Araújo sobre “Contratos paritários são aqueles em que as partes interessadas estão em pé de igualdade, podem discutir os termos do ato negocial, eliminando os pontos divergentes mediante consentimento mútuo.”⁷³

Percebe-se uma flexibilidade nos contratos paritários, através dele as partes possuem a liberdade para contratar. Ambos os autores seguem a mesma linha de explicação, pois essa modalidade deixa as partes agirem com igualdade diante do negócio jurídico, diferentemente do contrato de adesão.

No contrato de adesão não possui a liberdade de discutir cláusulas. O contrato é elaborado por uma das partes, com todas suas respectivas cláusulas e cabe a outra parte apenas aceitar ou rejeitar, essa modalidade é comum entre empresas telefônicas, água, luz, entre outras.

Para realizar um contrato de adesão é importante observar o artigo 6º do Código do Consumidor:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor: I. a proteção da vida, saúde e segurança contra riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos; II. a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações; III. a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentam; IV. a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços; V. a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas; [...]⁷⁴

O referido artigo assegura que não pode o fornecedor, impor ao cliente cláusulas abusivas e agir de má fé, caso isso ocorra o negócio jurídico será nulo, dessa forma consegue-se respaldo para garantia da segurança jurídica.

Deve haver uma explicação que seja de fácil compreensão, para ilustrar como deve ser usado o produto, também expor quais os riscos que o produto apresenta. Outro fator de suma importância é de que o fornecedor deve mostrar os produtos e quantidades, esclarecendo as dúvidas do cliente, mesmo que esse não adquira o produto.

⁷³ JUS BRASIL, **Contratos de adesão e contratos paritários**. Qual a melhor opção? Disponível em: <<https://isissouzaaraujo.jusbrasil.com.br/artigos/732565658/contratos-de-adesao-e-contratos-paritarios-qual-a-melhor-opcao>> Acesso em 04 de janeiro de 2020 às 14:28 horas.

⁷⁴ BRASIL. **Lei nº10.406. Código Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm> Acesso às 14:39 horas.

Levando em consideração o princípio da boa-fé, as propagandas e ofertas devem condizer com a realidade, caso contrário o consumidor pode exigir que os anúncios sejam cumpridos da forma em que foram transmitidos.

As cláusulas devem ser cumpridas, porém em casos de cláusulas prejudiciais ao consumidor, essas podem ser anuladas ou revistas e reformuladas. Também devem ser descritas e esclarecidas de uma forma clara de fácil compreensão, para que não haja futuramente a rescisão do contrato por não conhecimento das cláusulas.

1.4.5. Contratos de execução instantânea, diferida e de trato sucessivo

Os contratos de execução instantânea o próprio nome já diz, são aqueles que tem seu efeito imediato, como por exemplo uma compra e venda à vista, um sujeito fica sujeito a entregar a coisa e contrapartida a outra pessoa entrega o valor referente e assim já se extingue a obrigação.

As execuções diferidas, também chamadas de execuções retardadas, são aquelas que são cumpridas através de um ato apenas, mas não no ato do contrato e sim no futuro. As de trato sucessivo ou execução continuada, são aquelas que se cumpre de atos sucessivos, como cumprimento de prestações vencidas.

Segundo Flávio Tartuce:

Os contratos instantâneos ou de execução imediata são aqueles que têm aperfeiçoamento e cumprimento de imediato, caso de uma compra e venda à vista. Por outra via, os contratos de execução diferida têm o cumprimento previsto de uma vez só no futuro. O exemplo típico é uma compra e venda pactuada com pagamento por cheque pré ou pós-datado. Por fim, os contratos de execução continuada ou de trato sucessivo tem o cumprimento previsto de forma sucessiva ou periódica no tempo. É o caso de uma compra e venda cujo pagamento deva ser feito por meio de boleto bancário, com periodicidade mensal, quinzenal, bimestral, trimestral ou qualquer outra forma sucessiva.⁷⁵

Ambos negócios jurídicos se encontram presentes no dia a dia, muitas compras são realizadas através de cheques pré-datados, a vista e principalmente realizados através de boletos bancários.

⁷⁵ TARTUCE, Flávio – Direito Civil, v3: **Teoria dos contratos em espécie**/ Flavio Tartuce; 12 ed. Ver; atual e ampl. – Rio de Janeiro: Forense 2017, página 62.

1.4.6. Contratos personalíssimos e impessoais

Os contratos personalíssimos são intransmissíveis, não há a possibilidade de transmitir aos sucessores ou para qualquer outro terceiro.

Segundo Flávio Tartuce:

Os contratos pessoais, personalíssimos ou intuitu personae são aqueles em que a pessoa do contratante é um elemento determinante de sua conclusão. Diante desse fato, o contrato não pode ser transmitido por ato inter vivos ou mortis causa, ou seja, pelo falecimento da parte.⁷⁶

Baseiam-se na confiança, por esse motivo somente a pessoa contratada pode executar. Se houver a morte do contratante automaticamente ocorre a extinção desse contrato.

Os contratos impessoais não necessita ser uma pessoa específica, o que se leva em consideração é que as obrigações de ambos sejam satisfeitas.

Segundo Carlos Roberto Gonçalves “Contratos impessoais são aqueles cuja prestação pode ser cumprida, indiferentemente, pelo obrigado ou por terceiro. O importante é que seja realizada, pouco importando quem a executa, pois o seu objeto não requer qualidades especiais do devedor.”⁷⁷

Nos contratos impessoais diferentemente do pessoalíssimo, não existe a exigência de ser o contratante para realizar o serviço ou a entrega do objeto. Pode-se ter como exemplo um mestre de obras, realiza-se o contrato com um indivíduo, porém o mesmo pode designar algum funcionário para que realize o serviço, pois neste caso o que importa nessa modalidade é a entrega do bem da forma que foi contratado, não sendo necessário que apenas seja realizado pelo contratado.

1.4.7. Contratos individuais e coletivos

Os contratos individuais são aqueles criados por vontades individuais, mesmo que envolva várias pessoas.

⁷⁶ TARTUCE, Flávio – Direito Civil, v3: **Teoria dos contratos em espécie**/ Flavio Tartuce; 12 ed. Ver; atual e ampl. – Rio de Janeiro: Forense 2017, página 63.

⁷⁷ GONÇALVES, Carlos Roberto – **Direito civil brasileiro**, volume 3: **contratos e atos unilaterais** – 14. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2017. Página 128.

Conforme Carlos Roberto Gonçalves “No contrato individual, as vontades são individualmente consideradas, ainda que envolva várias pessoas. Na compra e venda, por exemplo, pode uma pessoa contratar com outra ou com um grupo de pessoas.”⁷⁸

Dessa forma um indivíduo pode contratar com apenas uma pessoa ou com um grupo de pessoas, ou seja, forma-se pelo consentimento dos interessados, sendo as vontades particularmente consideradas.

Os contratos coletivos são realizados entre pessoas jurídicas de direito privado, visando o bem coletivo, chamadas de convenções coletivas. Muitos doutrinadores não consideram como uma modalidade contratual, mas sim um acordo coletivo, justamente por se tratar de uma forma de defender os interesses dos indivíduos participantes.⁷⁹

Um exemplo de contratos coletivos são as convenções coletivas de trabalho, os funcionários de qualquer empresa fazem parte de um determinado sindicato, dentro do sindicato existem os acordos coletivos, que são realizados para proteger os direitos dos funcionários, os próprios funcionários participam de cada detalhe e votam em um presidente para estar a frente de seus interesses.

1.4.8. Contratos principais e acessórios

Os contratos principais são aqueles que não necessitam de outro para existir, possuem autonomia, existência própria, como os contratos de compra e venda e os de locações, já os contratos acessórios são aqueles que dependem de um contrato já existente, por isso chamados de acessórios, como se fossem um complemento do contrato principal, como por exemplo uma cláusula penal.

Segundo Carlos Roberto Gonçalves:

A distinção entre contratos principais e acessórios encontra justificativa no princípio geral de que o acessório segue o destino do principal. Em consequência: a) nulo o contrato principal, nulo será também o negócio acessório; a recíproca, todavia, não é verdadeira (CC, art. 184); b) a prescrição da pretensão concernente á obrigação principal acarretará a da relativa ás acessórias, embora a recíproca também não seja

⁷⁸ GONÇALVES, Carlos Roberto – **Direito civil brasileiro**, volume 3: **contratos e atos unilaterais** – 14. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2017. Página 129.

⁷⁹ NADER, Paulo – **Curso de Direito Civil**, volume 3: **Contratos / Paulo Nader** – 9. Ed. rev. e atual – Rio de Janeiro: Forense, 2018. Página 84.

verdadeira; desse modo, a prescrição da pretensão a direitos acessórios não atinge a do direito principal.⁸⁰

Os contratos acessórios na grande maioria são utilizados como uma garantia de cumprimento do negócio jurídico principal. A diferença entre ambos é que ao rescindir ou se tornar nulo o contrato principal, automaticamente o contrato acessório também será, ou seja, como o acessório é um complemento, se o principal deixar de existir o acessório também deixará.

No caso de um empréstimo, a hipoteca de um bem seria um contrato acessório, que servirá de garantia para o cumprimento da obrigação principal. Observa-se muito nas agências bancárias ou até mesmo nas imobiliárias, que antes de realizar o empréstimo de um valor ou o financiamento de uma casa, necessitam dessa garantia para que cumpram o combinado.

1.4.9. Contratos Solenes e Não Solenes

Contratos Solenes são aqueles de forma prevista em lei, também conhecidos como contratos formais, muitos utilizam como exigência de validade, não observada essas exigências o contrato é nulo, o pacto antenupcial ou testamento público são exemplos de contratos solenes.⁸¹

O contrato não solene, também chamado de contrato informal, ou seja, de forma livre, baseia-se no consentimento de ambas as partes, pode ser escrito ou verbal, em regra os contratos não solenes são de forma livre, porém existem algumas exceções.⁸² Considera-se nulos os seguintes:

Art.166 – É nulo o negócio jurídico quando: I – celebrado por pessoa absolutamente incapaz; II – for ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto; III – o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito; IV – for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade; V – for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade; VI – tiver por objetivo fraudar lei imperativa; VII – a lei taxativamente o declarar nulo, ou proibir-lhe a prática, sem cominar sanção;⁸³

⁸⁰ GONÇALVES, Carlos Roberto – **Direito civil brasileiro**, volume 3: **contratos e atos unilaterais** – 14. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2017. Página 131.

⁸¹ ÂMBITO JURÍDICO, **Contratos – Considerações Gerais**. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-53/contratos-consideracoes-gerais/>> Acesso em 04 de janeiro de 2020 às 18:15 horas.

⁸² Id. Ibid.

⁸³ BRASIL. **Lei nº10.406. Código Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm> Acesso em 04 de janeiro de 2020 às 18:30 horas.

O artigo 166 do Código Civil brasileiro traz em seu rol, os casos de nulidade dos contratos, caso não os observem o contrato será considerado nulo, motivo pelo qual esse artigo é de suma importância na elaboração do negócio jurídico.

1.5. EXTINÇÃO CONTRATUAL

O contrato se finda naturalmente com a realização da obrigação acordada, ou seja, assim que suas prestações forem concluídas, também pode se extinguir com tempo determinado estabelecido. Porém existem outros meios que podem acarretar no término desse contrato, que são chamadas de rescisão, resolução e rescisão.⁸⁴

A rescisão bilateral ocorre quando ambas as partes decidem não mais continuar, desse modo deve ser feito através do distrato, que nada mais é que um documento, alegando que as partes decidiram pelo distrato. Para ser possível realiza-lo, no contrato deve ter uma cláusula específica referente a essa opção.⁸⁵

A rescisão unilateral diferentemente da bilateral, pode ser realizada somente em alguns tipos de contratos, os contratos por tempo indeterminados e aqueles que as prestações se prolongam com o tempo. Ocorre pela iniciativa de uma das partes e para que seja válido também deve estar previsto no contrato e deve comunicar a outra parte com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência. Está prevista no artigo 473 do código civil, e de acordo com seu parágrafo único, quando houver alguma benfeitoria realizada pela parte que não teve a iniciativa, o prazo é de pelo menos até que mesma tenha o retorno do investimento realizado.⁸⁶

A resolução por inexecução voluntária, ocorre quando uma das partes não cumprem com suas obrigações por culpa ou dolo, dessa forma o credor pode ir a juízo pedir a resolução do mesmo. De acordo com a teoria do adimplemento substancial, quando o contrato está

⁸⁴JUS BRASIL, Extinção dos contratos: **resolução, rescisão e rescisão**. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/36823/extincao-dos-contratos-resolucao-resiliacao-e-rescisao>> Acesso em 04 de janeiro de 2020 às 19:06 horas.

⁸⁵JOSE FERNANDO SIMÃO, **A rescisão contratual I**. Disponível em <http://professorsimao.com.br/artigos_simao_a_resiliacao_01.htm> Acesso em 04 de janeiro de 2020 às 19:25 horas.

⁸⁶NADER, Paulo – **Curso de Direito Civil**, volume 3: **Contratos / Paulo Nader** – 9. Ed. rev. e atual – Rio de Janeiro: Forense, 2018. Página 200.

chegando ao fim de seu cumprimento, não será realizada a extinção do contrato e sim alguns ressarcimentos perante a parte lesada.⁸⁷

A resolução por cláusula resolutiva tácita, ocorre basicamente quando uma das partes não cumpre a obrigação acordada, nesse sentido a outra parte pode pedir a resolução do contrato, porém essa modalidade somente se dá através da decisão judicial. Conforme artigo 476 do Código Civil, diz que nos contratos bilaterais não pode uma das partes exigir que o outro cumpra com a obrigação se este também não estiver cumprindo a sua.⁸⁸

A resolução por onerosidade excessiva, prevista no artigo 478 do Código Civil, estabelece que ao houver prestações excessivamente onerosas, por motivo de força maior trazendo vantagem para uma das partes, a parte lesada pode pedir a resolução do contrato. Outra opção para evitar a resolução, é a revisão do contrato, que pode ser feita para estabelecer o equilíbrio contratual e assim manter o vínculo entre as partes. A resolução por onerosidade excessiva concretizou a teoria da imprevisão.⁸⁹

A rescisão contratual é um complemento da resolução e resilição, ocorre logo após a realização de uma dessas opções, assim considera-se como extinto aquele negócio jurídico. Pode ser realizada a qualquer momento, é considerada como “quebra de contrato”, isso não significa que a parte que praticou violação contratual antes do término, não terá mais responsabilidade sobre o ato.⁹⁰

Outro fato que pode ocorrer, é a cessação do contrato. Esse fator ocorre quando há o falecimento de uma das partes, porém vale ressaltar que somente será cessado se o contrato for de forma personalíssima, caso contrário a obrigação passa a ser de seus herdeiros.⁹¹

⁸⁷JUS BRASIL, **Resolução, resilição, rescisão, denuncia e distrato**. Disponível em: <<https://defreitasdireito.jusbrasil.com.br/artigos/308163373/resolucao-resilicao-rescisao-denuncia-distrato>> Acesso em 04 de janeiro de 2020 às 21:20 horas.

⁸⁸ Id. Ibid.

⁸⁹ MIGALHAS, **A resolução de contrato por onerosidade excessiva no Código Civil de 2002**. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/depeso/36821/a-resolucao-de-contrato-por-onerosidade-excessiva-no-codigo-civil-de-2002-necessarias-limitacoes>> Acesso em 04 de janeiro de 2020 às 22:04 horas.

⁹⁰ JORNAL CONTABIL, **Rescisão de contrato**. Disponível em: <<https://www.jornalcontabil.com.br/rescisao-de-contrato-entenda-o-que-e-e-como-funciona/>> Acesso em 05 de janeiro de 2020 às 19:12 horas.

⁹¹ESMEG.ORG.BR, **Extinção de contratos**. Disponível em: <http://www.esmeg.org.br/pdfMural/material_dra._barbara_23-09-2011.pdf> Acesso em 05 de janeiro de 2020 às 20:02 horas.

1.6. CLÁUSULA PENAL

Existem contratos que dependem de outro para existir, esses denominados contratos acessórios, dentre eles a fiança e a cláusula penal. Se o contrato principal for nulo, assim também será o acessório, porém se for ao contrário, não se extinguirá o contrato principal.⁹²

A Cláusula penal, nada tem a ver com o direito penal, se denomina assim, por se tratar de uma penalidade aquele que não cumprir o negócio jurídico. Lembrando que o valor da mesma não pode ultrapassar o valor da obrigação principal, se a obrigação estiver em partes cumprida, o juiz pode analisar a cláusula penal, reajustando-a da melhor forma.⁹³

Existem dois tipos de cláusula penal, que são moratórias e compensatórias. Na cláusula penal compensatória, basicamente ocorre quando não se cumpre a obrigação na sua totalidade, pode o credor optar pelo cumprimento da obrigação ou que o devedor pague a cláusula penal estabelecida no contrato.⁹⁴

A cláusula penal moratória ocorre quando houve o descumprimento parcial da obrigação, dessa maneira o credor pode exigir o pagamento das prestações acordadas, mais a multa estabelecida no contrato.⁹⁵

Essa modalidade de cláusula, possui como intuito estimular o cumprimento da obrigação acordada entre as partes. Se porventura ocorrer o descumprimento da obrigação, a cláusula penal é uma segurança que o credor possui de recebimento, além de servir para provar seus prejuízos judicialmente.⁹⁶

⁹² GONÇALVES, Carlos Roberto – **Direito civil brasileiro**, volume 3: contratos e atos unilaterais – 14. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2017. Página 406.

⁹³ JUS BRASIL, **O que é a cláusula penal de um contrato?** Disponível em: <<https://lucasmarinho1991.jusbrasil.com.br/artigos/577091010/o-que-e-a-clausula-penal-de-um-contrato>> Acesso em 05 de janeiro de 2020 às 20:27 horas.

⁹⁴ ZMB ADVOGADOS. **Clausula penal – compensatória x moratória.** Disponível em: <<http://zmb.adv.br/clausula-penal-compensatoria-moratoria/>> Acesso em 05 de janeiro de 2020 às 21:13 horas.

⁹⁵ JUS BRASIL, **Entenda a diferença entre multa compensatória e multa moratória.** Disponível em: <<https://bernardocesarcoura.jusbrasil.com.br/noticias/248505790/entenda-a-diferenca-entre-multa-compensatoria-e-multa-moratoria>> Acesso em 05 de janeiro de 2020 às 22:29 horas.

⁹⁶ Id. Ibid.

2. AGRONEGÓCIO

Não há exatamente uma data específica para o início do agronegócio, o que pode ser dito é que os antepassados, pela escassez de mantimentos perceberam que os frutos produzidos pela terra, poderiam também ser consumidos e cultivados novamente, assim também como os animais poderiam ser domesticados e aproveitados de maneira pro criativa. Antes viviam a procura de lugares para se alimentar, andavam literalmente em bandos, como nômades, mas com essa percepção acabaram se fixando em alguns lugares para começar seus cultivos.⁹⁷

Claro que para chegar no agronegócio conhecido hoje, aconteceu múltiplos processos de inovação e descoberta, afinal os métodos descobertos pelos antepassados eram certamente primitivos. Com o passar dos tempos e principalmente com o avanço tecnológico, além do êxodo rural, que de certa forma acabou contribuindo com as várias mudanças na área do agronegócio, muitas propriedades rurais deixaram de serem autossuficientes e passaram a ser um meio de produção para comunidade urbana.⁹⁸

As propriedades rurais eram autossuficientes, pois o que lhes interessavam era seu próprio sustento, ou seja, produziam e consumiam sem dependência de outro setor. Porém com o avanço da tecnologia deixaram de ser autossuficientes e passaram a ser direcionadas para o comércio. O que ocorreu, foi que o avanço das pessoas para a vida urbana, acabou fazendo com que o setor rural tivesse que produzir mais, não somente para seu sustento, mas para a população também, gerando algumas buscas de melhorias, pois somente os seus serviços não eram mais suficientes para a produção, nesse caso necessitando também de serviços de fora, transportes, recursos para plantação, por essa razão não era mais somente a agricultura ou a pecuária, começava-se o então chamado agronegócio.⁹⁹

O termo agronegócio vai além de criações de rebanhos e plantações, também abrange máquinas, equipamentos, insumos, prestadores de serviços, transportes, entre vários outros componentes que estão intrinsecamente ligados uns aos outros. Ao falar sobre agronegócio para muitas pessoas veem ainda, apenas a ideia de trabalho no campo, porém vai muito além disso,

⁹⁷ SILVEIRA, Caius Marcellus Reis. **Introdução ao Agronegócio**. Montes Claros – MG, 2010. Disponível em: < <http://www.ead.go.gov.br/cadernos/index.php/CDP/article/download/139/102/>> Página 15. Acesso em 28 de fevereiro de 2020 às 20:38 horas.

⁹⁸ Id. Ibid., p. 16.

⁹⁹ CBC AGRONEGÓCIOS. **Quais as opções de venda da safra para um produtor rural**. Disponível em <<http://www.ead.unimontes.br/arquivos/cadernos/etec/oferta2/agronegocio/modulo1/introducao-agronegocio.pdf>> Acesso em 28 de fevereiro de 2020 às 20:45 horas.

para existir o termo agronegócio é necessário muitas atividades urbanas, uma delas é o empréstimo bancário, muitos produtores necessitam do empréstimo bancário para dar início e manter sua produção, tanto para produtos para preparação do solo, quando se trata de agricultura, quanto para a manutenção do rebanho quando se trata da área da pecuária.¹⁰⁰

2.1. O AGRONEGÓCIO NO BRASIL

O Brasil por muitos anos teve como forte a plantação de cana de açúcar, inclusive costume trago pelos portugueses, produto de fácil cultivo, mão de obra era escrava, dessa forma sendo viável o cultivo de canaviais. Apesar desse período de dominação portuguesa, se findar em 1822 com a independência do Brasil, o país por muito tempo continuou os cultivos, ainda hoje existem plantações, que são lideradas pelas regiões sudestes e nordestes.¹⁰¹

Entre os anos de 1950 á 1960 a agricultura no País era muito precária em relação a tecnologias, pouquíssimos produtores possuíam máquinas agrícolas e a soja era praticamente um produto desconhecido entre os produtores.¹⁰²

Conforme a EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária:

O caso da cultura da soja é um bom exemplo de como a tecnologia pode transformar a produção agropecuária. Os primeiros cultivos comerciais surgiram na década de 1960, no Rio Grande do Sul, especialmente por uma razão climática: a soja é uma planta de regiões frias [...] cultivar soja em outras regiões do país era um desafio biológico e tecnológico.¹⁰³

Nesse contexto percebe-se o quão importante é a tecnologia para o agronegócio, nessa época o que se tinha era apenas uma pequena quantidade de soja sendo plantada no sul do país. Para as outras regiões o plantio desse grão era apenas prejuízos, além de ser tipicamente de lugares com baixa temperatura, faltava aos produtores conhecimento sobre ela e tecnologias para dominar seu plantio.

Em 1968 o governo implantou um plano para investir em todas as áreas da economia do país, sendo assim, também houve investimentos em pesquisas e em vários auxílios para os

¹⁰⁰ SILVEIRA, Caius Marcellus Reis. **Introdução ao Agronegócio**. Montes Claros – MG, 2010. Página 57.

¹⁰¹ INFO ESCOLA, **Ciclo da Cana-de-açúcar**. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia/ciclo-da-cana-de-acucar/>> Acesso em 28 de fevereiro de 2020 às 20:02 horas.

¹⁰² EMBRAPA. **Trajatória da agricultura brasileira**. Disponível em <<https://www.embrapa.br/visao/trajetoria-da-agricultura-brasileira>> Acesso em 28 de fevereiro de 2020 às 20:15 horas.

¹⁰³ Id. Ibid.

produtores, incentivando-os a se dedicarem cada vez mais a produção. Com as pesquisas sendo feitas, foi desenvolvido mudas de soja para plantio nas outras regiões do País, por isso hoje o plantio de soja se estende praticamente em todo território brasileiro.¹⁰⁴

Hoje no território nacional a produção feita pela região sul, se baseia em soja, milho, cana de açúcar e o algodão, Paraná e Rio Grande do Sul também produzem arroz e trigo. Na região Sudeste, possuem como forte a cana de açúcar e a carne bovina, mas também produzem café, algodão, amendoim, milho, mandioca, arroz, feijão, soja e arroz, além de fruticultura. Na região Nordeste, produzem melão, uva, manga, abacaxi, cana de açúcar e em menor potencial a soja. Na região Centro Oeste onde estão os maiores produtores de grãos do Brasil, produzem soja, milho, arroz e algodão, inclusive o estado de Mato Grosso é o quarto maior produtor de soja do mundo. Na região Norte ainda há uma busca por tecnologia, apesar disso no estado de Rondônia se produz soja, milho e gado e em Roraima se produz peixes, laranjas e bananas.¹⁰⁵

No País, praticamente todos os estados produzem uma grande variedade de produtos, porém em alguns estados pelo clima e solo, acabam produzindo menos e essa produção fica apenas como circulação dentro do território nacional.

2.2. SAFRA X SAFRINHA

O clima no Brasil é predominado na sua maioria pelo clima tropical, mais precisamente as regiões Centro Oeste, Nordeste, Norte e Sudeste. São conhecidas por apresentarem estações definidas, tais como inverno que se caracteriza por um tempo seco e verão que se caracteriza por um período chuvoso.

Diferentemente dos Estados Unidos, que apresentam na sua maioria um clima temperado, que se caracteriza por um inverno rigoroso e um verão muito quente. Os Estados Unidos estão em primeiro lugar de produtores de soja do mundo, em segundo se encontra o

¹⁰⁴ FGV CPDOC, **Milagre Econômico Brasileiro**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/milagre-economico-brasileiro>> Acesso em 09 de março de 2020 às 22:00 horas.

¹⁰⁵ TERRA, **Conheça os destaques da economia das cinco regiões do País**. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/economia/conheca-os-destaques-da-economia-das-cinco-regioes-do-pais,8478885ca376b310VgnCLD200000bbcecb0aRCRD.html>> Acesso em 09 de março de 2020 às 22:03 horas.

Brasil.¹⁰⁶ Porém pelo clima dos Estados Norte Americano, é possível realizar uma safra por ano, já no Brasil pode ser feita duas safras, uma denominada Safra e a outra Safrinha.

Como a agricultura é totalmente dependente das questões ambientais, é de extrema importância que se leve em consideração alguns fatores na hora de preparar a safra. Por isso a tecnologia é muito importante no que tange a pesquisas relacionadas ao desenvolvimento do solo, conseqüentemente a melhor maneira de realizar a plantação até a sua colheita. Muitos produtores antes de iniciarem a safra, colhem uma amostra do solo e enviam para um laboratório especializado e com isso tem um resultado mais preciso, se é produtivo ou quais medidas providenciar para fertilização daquele solo.¹⁰⁷

Outro fator que precisa de atenção é o período correto para a plantação. Cada grão, cada produto possui sua época ideal para cultivo, o produtor deve estar atento a todos esses detalhes, caso contrário terá mais prejuízos do que lucros. Mesmo havendo o cuidado de plantar na época certa, corre os riscos externos, fatores relacionados a natureza, que não são totalmente controláveis, porém o cuidado de estar dentro da época ideal para o cultivo minimiza os riscos. A cana de açúcar, café, laranja, soja, fumo, carne bovina e o milho, são os principais produtos agropecuários produzidos e exportados do Brasil.

A cana de açúcar, o café, a laranja, a soja, o fumo e o milho, por serem uns dos produtos mais produzidos pelo País e conseqüentemente apresentarem um alto grau de importância para a economia dentro do requisito plantações de safras, será explicado ao decorrer do trabalho como ocorre a safra de cada um deles.

A plantação é feita através de talhão, que nada mais é que a unidade mínima de cultivo, de uma forma geral, serve para ter uma melhor organização da plantação. O plantio da cana de açúcar aconselha-se que seja talhões planos, pois assim evita que as máquinas tenham que fazer manobras para conseguir colher, geralmente os talhões possuem entre 10 a 20 hectares. A cana de açúcar pode ser plantada em três períodos, que são chamadas de ano-e-meio (18 meses), sistema de ano (12 meses) e plantio de inverno.¹⁰⁸

¹⁰⁶ EMBRAPA. **Embrapa Soja**. Disponível em <<https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>> Acesso em 09 de março de 2020 às 22:30 horas.

¹⁰⁷ EMBRAPA MEIO AMBIENTE, **Mudanças Climáticas Globais e Agricultura**. Disponível em <<https://www.cnpma.embrapa.br/unidade/index.php3?id=242&func=pesq>> Acesso em 09 de março de 2020 às 23:00.

¹⁰⁸ EMBRAPA. Disponível em <Agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/cana-de-acucar/arvore/CONTAG01_33_71120051617.html> Acesso em 09 de março de 2020 às 23:10 horas.

No período ano-e-meio o plantio é realizado entre janeiro a março, nesse período é considerado como o de maior produtividade, também se caracteriza pelo final das chuvas, além de que a plantação nesse período reduz os riscos de doenças nos toletes e facilita a brotação rápida. O sistema de ano o plantio vai de outubro a novembro, esse período é abrangido pelo início das chuvas, com isso a cana de açúcar acaba amadurecendo muito rápido e conseqüentemente tem uma produtividade menor na primeira colheita. Já o plantio de inverno, ocorre entre junho e julho, necessita de mais atenção do produtor, auxiliando o solo com insumos para a produção, porém também o nível de produtividade é menor comparado ao de ano-e-meio.¹⁰⁹

A plantação de café geralmente é realizada entre novembro e dezembro.¹¹⁰ Existem dois tipos de grãos de café, tipo Arábica que é cultivada de preferência em grande altitude, no Brasil esse grão é cultivado a 1.200 metros de altitude, essa espécie de café é mais utilizada para realização de bebidas gourmet. O tipo Robusta apresenta um nível maior de cafeína, além de se desenvolver com maior facilidade, para seu plantio é necessário que seja em uma altitude de até 600 metros, esse café possui um gosto mais forte e mais amargo do que o tipo Arábica.¹¹¹

O plantio de café requer muitos cuidados, pois se trata de uma plantação permanente, que exige um bom planejamento para que não haja prejuízos na manutenção dos cafezais e conseqüentemente na colheita. Então quando for realizar a plantação ou a renovação, deve-se atentar aos talhões e analisar se existe a necessidade de aumentar a manutenção ou até mesmo renovar a plantação.¹¹²

Para a colheita do café, hoje existe três formas, a manual, semi-mecanizada e a mecanizada. A forma manual é feita através de trabalhadores e com serviço braçal realiza essa colheita, ocorre mais em pequenas safras e com plantio plano ou inclinado. A forma semi-mecanizada ocorre quase que da mesma forma, porém o que define é que uma parte é realizada

¹⁰⁹ INTELIAGRO, **Cana de ano, ano e meio ou inverno?** Disponível em < <http://www.inteliagro.com.br/cana-de-ano-ano-e-meio-ou-inverno/>> Acesso em 11 de março de 2020 às 21:25 horas.

¹¹⁰ SANTOS, Marco Antônio dos Santos. Saiba mais: **época de plantio e renovação de cafezais**. Disponível em:<<https://www.cafepoint.com.br/noticias/giro-de-noticias/saiba-mais-epoca-de-plantio-e-renovacao-de-cafezais-54780n.aspx>> Acesso em 11 de março de 2020 às 22:15 horas.

¹¹¹ RICCO PANE, **Conheça os tipos de cafés mais famosos do mundo**. Disponível em: <<https://www.riccopane.com.br/site/2016/07/21/os-tipos-de-cafes-mais-apreciados-do-mundo/>> Acesso em 13 de março de 2020 às 19:15 horas.

¹¹² MESQUITA, Carlos Magno de et al. **Manual do café: implantação de cafezais Coffea arábica L**. Belo Horizonte: EMATER-MG, 2016. 50p. il. Página 8. Disponível em: <http://www.sapc.embrapa.br/arquivos/consorcio/publicacoes_tecnicas/livro_implantacao_cafezais.pdf> Acesso em 13 de março de 2020 às 19:54 horas.

por trabalhadores com serviço braçal e outra metade por máquinas, também são normais em pequenos cultivos e em terras planas ou inclinadas. Já a forma mecanizada é toda realizada através de máquinas, geralmente esse mecanismo é utilizado em grande plantio, logicamente pelo custo e tempo para serem colhidos.¹¹³

O plantio de laranjas, diferentemente dos frutos anteriores, pode ser cultivado a qualquer época do ano, desde que o solo seja trabalhado para seu desenvolvimento, de preferência aconselha-se a realizar a plantação na época das chuvas, mas como dito antes pode ser plantado a qualquer época, desde que utilize de cuidados para que ocorra o plantio saudável.¹¹⁴

Existem dois modos para plantar a laranja pode ser através da semente ou através de mudas já germinadas. Porém o plantio por sementes requer muito mais cuidados, pois para que aja a germinação, o cuidado deve ser redobrado, já com as mudas fica mais fácil, pois o cuidado que deve ter é buscar um solo fértil e também o cuidado com a profundidade das covas, para que a muda possa se fixar e continuar seu crescimento. A profundidade das mudas e a largura que serão inseridas, deve ser feita com cuidado, aconselha-se que seja 30 cm de altura e 15 cm de largura, dessa forma a muda terá espaço para desenvolver suas raízes.¹¹⁵

A colheita da laranja, no Brasil ainda é a maioria manual, diferente dos Estados Unidos, porém apesar de já existir uma máquina colhedora para laranjas, aqui no Brasil o que diferencia a eficiência dela é justamente o solo.

O solo nos Estados Unidos é mais arenoso, assim facilita quando a máquina passa chacoalhando a árvore, ou seja, a árvore possui uma melhor movimentação facilitando a colheita mecanizada.

Já no Brasil essa tecnologia possui algumas limitações trazidas justamente pelo solo, São Paulo – SP é o maior produtor de laranjas, seu solo na grande maioria é argiloso e em algumas partes latossolo, ao passar com a máquina poderia trazer muitos prejuízos, pois a árvore

¹¹³ PORTAL AGROPECUÁRIO, **Saiba quais são as opções de colheita de café**. Disponível em < <https://www.portalagropecuario.com.br/agricultura/cafeicultura/saiba-quais-sao-opcoes-colheita-cafe-importante-para-sucesso-producao>> Acesso em 13 de março de 2020 às 20:12 horas.

¹¹⁴ MATHIAS, João. **Como Plantar Laranjas**. Disponível em < <https://revistagloborural.globo.com/vida-na-fazenda/como-plantar/noticia/2013/12/como-plantar-laranja.html>> Acesso em 13 de março de 2020 às 20:54 horas.

¹¹⁵ GONÇALVES, Vinicius. **Plantio de Laranja – Passo a Passo Para Iniciar a sua Plantação**. Disponível em < <https://novonegocio.com.br/rural/plantio-de-laranja/>> Acesso em 13 de março de 2020 às 21:03 horas.

não irá se movimentar da forma como nos Estados Unidos, trazendo riscos de quebra de galhos, perda de frutos e até mesmo a quebra da árvore.¹¹⁶

No Brasil para facilitar a colheita, existem algumas plataformas, que dispõem de alguns braços com cestos, estes que os trabalhadores entram e assim consegue alcançar melhor as laranjas, cada trabalhador pode ajustar da melhor maneira, e para facilitar o alcance aos frutos, existem controles que são acoplados nos cestos, com isso o trabalhador pode manuseá-los da melhor maneira possível para alcançar o fruto.¹¹⁷

A soja varia de região para região referente a data de seu plantio, se mantem entre setembro e outubro, com colheita prevista para janeiro até maio. Não é uma das safras mais baratas em termos de investimentos, para a soja se desenvolver com qualidade, o produtor deve investir em cada detalhe, desde a preparação do solo até sua colheita. Para o preparo do solo é necessário que o limpe de forma que não deixe nenhum material que possa atrapalhar o desenvolvimento do grão, logo em seguida arar bem o solo e aduba-lo com a melhor qualidade possível de fertilizante, lembrando também que o solo não deve ser seco, dessa forma o que o produtor pode fazer em regiões mais secas é optar por irrigar a plantação.¹¹⁸

A plantação de soja também é sujeita a vários tipos de pragas, algumas podem ser evitadas no início com a preparação do solo. O importante é que o produtor esteja atento a todos os detalhes de sua plantação, para que se houver vestígios de alguma praga, que possa ser tratado de imediato, caso contrário pode levar a perda da safra.

Existem alguns tipos de pragas que são a lagarta da soja, lagarta falsa medideira, lagarta das vagens, percevejo verde, percevejo marrom, percevejo barriga verde entre outras, algumas atacam no período vegetativo e a maioria em seu estágio reprodutivo, por isso deve-se atentar. O investimento em uma plantação de soja é muito alto por isso a preocupação de sanar esses imprevistos também se faz presente entre os produtores.¹¹⁹

¹¹⁶ REVISTA RURAL, Frutas – **Hortifruticultura mecanizada**. Disponível em <https://www.revistarural.com.br/Edicoes/2011/Artigos/rev158_frutas.htm> Acesso em 13 de março de 2020 às 22:00 horas.

¹¹⁷ JORNAL DIA DE CAMPO, **Plataforma reduz mão-de-obra excessiva na laranja**. Disponível em <<http://www.diadecampo.com.br/zpublisher/materias/Newsletter.asp?data=16/05/2011&id=24266&secao=Pacote%20Tecnol%F3gicos>> Acesso em 13 de março de 2020 às 22:11 horas.

¹¹⁸ NOVO NEGÓCIO, **Como fazer o Plantio de Soja do Zero até a colheita**. Disponível em <<https://novonegocio.com.br/rural/plantio-de-soja/>> Acesso em 14 de março de 2020 às 22:20 horas.

¹¹⁹ DEGRANDE, Paulo; VIVAN, Lucia – **Pragas da Soja**. Disponível em: <http://www.diadecampo.com.br/arquivos/materias/%7B27F109A9-BBCE-4A47-AE1E-9C5EE180CE79%7D_08_pragas_da_soja.pdf> Acesso em 14 de março de 2020 às 23:42 horas

Para saber o momento certo de colher o grão, observa-se coloração das folhas, apresentam uma coloração amarelada e os grãos começam a diminuir a umidade. A colheita é realizada por máquinas de alta tecnologias, chamadas colheitadeiras, as colheitadeiras colhem o grão e descarregam em caminhões que levam o grão para o próximo passo que é a secagem.¹²⁰

Uma das etapas importantes relacionadas a safra de soja é justamente a secagem e o armazenamento, feitos de formas inadequadas podem levar a perda da safra inteira colhida. Ao ser colhido, os grãos passam por uma fase de limpeza, que nada mais é que retirar as impurezas que acabam vindo no meio dos grãos, esse processo ocorre para que na fase de armazenamento não prejudique a qualidade do produto. Antes de depositar os grãos deve haver uma desinfestação do local de armazenamento, para não haver problemas futuros que possam afetar a produção, importante ressaltar que para se armazenar, o grão deve estar seco, caso contrário corre o risco de deterioração do grão. Esses locais são controlados rigorosamente, sua temperatura, o fluxo do ar, tudo de acordo para manter a qualidade do produto até sua retirada.¹²¹

Outro fator que pode gerar perda de quantidades importantes de soja é o transporte. Infelizmente ainda é um problema as vias rodoviárias no Brasil, algumas ainda enfrentam má qualidade, isso faz com que grão passa mais tempo na estrada e isso dependendo do modo que está sendo transportado pode acarretar uma perda considerável do grão, esse fator também acaba fazendo que os grãos fiquem mais tempos armazenados.¹²²

Para que não haja problema na hora de transportar o produto é necessário que o caminhão utilizado esteja em ótimas condições, se atentar em detalhes, como a colocação da lona, deve ser posta de forma adequada para que não molhe ou perca produto no trajeto. Não somente ter cuidado com o caminhão escolhido, mas também deve-se ter preocupação em

¹²⁰ AGEITEC, Embrapa, **Colheita**. Disponível em:
<https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/soja/arvore/CONTAG01_127_271020069134.html>
Acesso em 18 de março de 2020 às 21:13 horas.

¹²¹ REGINATO, Maiara Perez; ENSINAS, Simone Cândido; RIZZATO, Melina Cecília Oliveira; SANTOS, Karla Koslinski; PRADO, Eber Augusto. **Boas Práticas de Armazenagem de Grãos**. Disponível em:
<<https://anaisonline.uems.br/index.php/enic/article/viewFile/2300/2263>> Acesso em 18 de março de 2020 às 21:55 horas.

¹²² AGEITEC, Embrapa, **Transportes**. Disponível em:
<https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/soja/arvore/CONTAG01_15_271020069131.html> Acesso em 18 de março de 2020 às 22:16 horas.

contratar um motorista experiente, para que não haja extravios ou qualquer outro problema relacionado a capacitação do profissional.¹²³

A plantação de fumo, é um pouco mais simples de ser cultivada referente aos produtos já citados, ele se adapta em praticamente todos os solos, mas recomenda-se que realize a plantação em um solo que tenha uma boa drenagem. A melhor época para o plantio é entre agosto e setembro, procura-se evitar os meses em que se estabelece a geada, pois o fumo apesar de ter uma certa estabilidade no frio, não suporta uma longa geada.¹²⁴

A plantação se inicia com a sementeira em viveiro, logo depois de formada as mudas elas são transferidas para o local em que será realizada a safra. Com o tempo a plantação de fumo, de certa forma diminui por dois fatores, um que havia muitas plantações e nesse sentido quando a oferta é muita o preço do produto trabalha em queda e o outro motivo vem através da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra) que orienta essa diminuição, pois a intenção mundial é diminuir o consumo de cigarro.¹²⁵

Cada espécie de fumo possui sua especificidade em relação à maturidade para ser colhido, o produtor deve estar atento as mudanças. A colheita iniciada antes da maturação ou que tenha passado muitos dias da maturação pode haver prejuízos em relação a comercialização.¹²⁶

O processo de cura do fumo consiste em retirar a umidade suficiente das folhas, esse processo ocorre dentro das chamadas estufas. Passam por alguns procedimentos dentro desse processo, desde murchar até a secagem dos talos. As plantas colhidas no tempo da seca deixa o processo mais simples, nesse sentido apenas acrescentam a umidade necessária para poder executar o procedimento de secagem, já as plantas colhidas passada do tempo acarretam

¹²³ AGEITEC, Embrapa, **Transportes**. Disponível em: <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/soja/arvore/CONTAG01_15_271020069131.html> Acesso em 18 de março de 2020 às 22:16 horas.

¹²⁴ SOUZA CRUZ, **Fumicultores iniciam plantio do tabaco**. Disponível em <<https://www.produtorsouzacruz.com.br/noticias/fumicultores-iniciam-plantio-do-tabaco>> Acesso em 18 de março de 2020 às 23:05 horas

¹²⁵ SOUZA CRUZ, **Início da colheita do tabaco**. Disponível em <<https://www.produtorsouzacruz.com.br/noticias/inicio-da-colheita-do-tabaco>> Acesso em 19 de março de 2020 às 21:32 horas.

¹²⁶ REVISTA CULTIVAR, **Os cuidados que o produtor deve tomar na colheita do tabaco**. Disponível em <<https://www.grupocultivar.com.br/noticias/os-cuidados-que-o-produtor-deve-tomar-na-colheita-do-tabaco>> Acesso em 19 de março de 2020 às 21:45 horas.

algumas complicações, pois geralmente apresentam queimaduras feitas por luz solar que acaba prejudicando na sua qualidade.¹²⁷

A safra do milho se inicia entre o mês de agosto a dezembro.¹²⁸ Apesar de ser cultivado em vários climas, o milho não suporta baixas temperaturas, sua plantação pode variar entre 10° C até 30° C, temperaturas maiores de 30° C ou menores de 10° C podem levar o grão a sofrer prejuízos e não se desenvolver da forma esperada. Outro fator importante é um solo limpo, fértil e drenado, se houve alguma plantação anterior aconselha-se a arar para melhor desenvolvimento do grão, além disso, necessita de luminosidade solar para se desenvolver.¹²⁹

No milho também existem vários tipos de pragas que podem surgir, como os corós, percevejos, lagartas, larvas, entre outras, elas podem ser evitadas e controladas através de inseticidas e também outro aspecto importante para a prevenção é a limpeza do solo. O produtor deve monitorar sua safra constantemente, para que se identificada algumas dessas pragas ou outros imprevistos, esteja preparado para trata-las.¹³⁰

Existem dois modos para realizar a colheita de milho, a manual que é feita por trabalhadores braçais e a mecanizada que é feita através de colhedoras mecanizadas, geralmente utilizadas por grandes produtores. Nas colheitas feitas por máquinas, antes de iniciar deve-se revisar o equipamento e analisar se está em conformidade, para que não haja perda de grãos, também é recomendado a velocidade das máquinas ao iniciar a colheita, devem atingir de 4 km/h á 6km/h. A secagem do grão, pode ser feita de forma natural ou também através de sistema de secagem e armazenamento. Vale ressaltar que a secagem no campo de forma natural deve ter cuidado redobrado tanto pelos avanços das pragas quanto das ervas daninhas que podem prejudicar na colheita.¹³¹

A safrinha ocorre entre os intervalos da safra, geralmente ao colher a soja, planta-se o que se chamam de milho safrinha. Basicamente possui os mesmos cuidados que a plantação da

¹²⁷ PROFIGEN, **Aprenda a cultivar Virginia**. Disponível em <<https://profigen.com.br/informacoes/aprenda-a-cultivar/virginia-cura-100>> Acesso em 20 de março de 2020 às 9:55 horas.

¹²⁸ FOLHA AGRICOLA, **Época de plantio do milho**. Disponível em <<http://folhaagricola.com.br/artigo/epoca-de-plantio-do-milho>> Acesso em 20 de março de 2020 às 11:20 horas.

¹²⁹ NOVO NEGÓCIO, **Como plantar milho passo a passo**. Disponível em <<https://novonegocio.com.br/rural/plantar-milho/>> Acesso em 20 de março de 2020 às 13:57 horas.

¹³⁰ EMBRAPA, **Pragas**. Disponível em: <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/territorio_sisal/arvore/CONT000fck180cd02wx5eo0a2ndxy148tp3r.html> Acesso em 20 de março de 2020 às 14:20 horas.

¹³¹ RURAL CENTRO, **Perdas na Colheita Mecanizada de Gãos: Quais São as Causas?** Disponível em: <<https://www.ruralcentro.com.br/analises/perdas-na-colheita-mecanizada-de-graos-quais-sao-as-causas-4017>> Acesso em 20 de março de 2020 às 14:33 horas.

safra de milho, porém deve-se atentar ao detalhe da temperatura que será plantado, desde irrigação até a proteção de geadas.¹³²

O milho safrinha está ganhando espaço cada vez mais no Brasil, por ter um clima favorável, o milho safrinha está ultrapassando a quantidade produzida na safra em período regular. Chama-se safrinha justamente por ser a segunda safra do ano e por apresentar mais riscos a produção, geralmente a safra detém de mais investimentos dos produtores, isso não significa que na safrinha não há investimentos, deve haver planejamento da mesma forma, a diferença é que os investimentos são menores, seu cultivo se dá entre os meses de janeiro a abril.¹³³

2.3. COMMODITIES

O termo commodity é uma expressão inglesa que significa mercadoria. São classificadas em quatro tipos, as commodities financeiras, agrícolas, minerais e ambientais. Apesar das commodities serem mercadorias, elas são mercadorias que atuam como mão de obra, que possuem um mínimo nível de industrialização, que podem ser estocados por longo período sem perder a qualidade, que não possuem tanta diferença dos mesmos produtos produzidos em outros países e que tenha importância mundial.¹³⁴

Os produtos produzidos na lavoura nem sempre são considerados commodity, deve-se frisar que commodity são somente produtos negociados na bolsa de valores, uma das mais importantes do Brasil por ora é a soja, pois é o produto que é mais exportado pelo país. Outras commodities que também são ofertadas na bolsa de valores pelo país são o açúcar cristal, algodão, boi gordo, café, etanol, laranja, milho e trigo.¹³⁵

Uma das movimentações mais importantes que afetam diretamente o PIB do Brasil é justamente a exportação das commodities, tanto agrícola como mineral. Um fator importante a ser ressaltado é que por ser de negociação mundial, quando ocorre uma crise financeira no

¹³² EMBRAPA, **Cultivo do Milho**. Disponível em <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/27037/1/Plantio.pdf>> Acesso em 20 de março de 2020 às 21:13 horas.

¹³³ Id. Ibid.

¹³⁴ POLOTIZE, **O que são commodities agrícolas**. Disponível em <<https://www.politize.com.br/commodities-agricolas/>> Acesso em 20 de março de 2020 às 15:12 horas.

¹³⁵ INSTITUTO AGRO, **Comercialização de commodities agrícolas: principais mecanismos**. Disponível em: <<https://institutoagro.com.br/commodities-agricolas/>> Acesso em 20 de março de 2020 às 17:01 horas.

exterior, o Brasil sofre também, pois a commodity tem seu valor diminuído na bolsa causando prejuízos para o país também.¹³⁶

Pode-se observar no dia a dia, quando ocorre uma queda nos valores, uma menor demanda das commodities o valor que o consumidor final paga acaba sendo menor, porém quando ocorre uma alta na demanda, alta nos valores, inevitavelmente o consumidor pagará mais pelo produto adquirido nos comércios.¹³⁷

Dessa forma o país acaba se tornando submisso aos preços internacionais, apesar de lucrar muito com as exportações, aliás é um risco que acaba se sujeitando, da mesma forma que pode perder um valor considerável, pode também faturar, mas do esperado.¹³⁸

2.4. BOLSA DE VALORES E MERCADO FUTURO

A bolsa de valores, no Brasil chamada de B3, além de haver negociações de ações das empresas, possui também a opção de investir na compra e venda de commodities. Para investir na bolsa de valores é necessário que se atente no mercado e entenda em que está investindo, caso contrário poderá fazer investimentos que não terão tanta rentabilidade como o esperado.¹³⁹

O mercado futuro é uma plataforma na bolsa de valores que permite a compra e venda de contratos futuros através de um *home broker*.¹⁴⁰ Os contratos disponíveis na plataforma possuem siglas, e vencimentos que devem ser de conhecimento de quem os adquirirem.¹⁴¹

Os produtos são identificados através de códigos, como por exemplo o milho possui sigla CCM com vencimentos em janeiro, março, julho, agosto, setembro e novembro, a soja com sigla SJC com vencimento março, maio, junho, julho, agosto, setembro e novembro.¹⁴²

¹³⁶ MUNDO EDUCAÇÃO, **Commodities**. Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/commodities.htm>> Acesso em 20 de março de 2020 às 18:32 horas.

¹³⁷ Id. Ibid.

¹³⁸ Id. Ibid.

¹³⁹ REIS, Tiago. **Bolsa de Valores, Commodities**. Disponível em <<https://www.sunoresearch.com.br/artigos/o-que-commodities/>> Acesso em 20 de março de 2020 às 20:02 horas.

¹⁴⁰ INFOMONEY, Home Broker. Disponível em <<https://www.infomoney.com.br/onde-investir/home-broker-entenda-como-funciona/>> Acesso em 20 de março de 2020 às 20:08 horas.

¹⁴¹ HEDGE AGRO, **Código e Vencimento dos Contratos Agrícolas Negociados na BMF**. Disponível em: <<http://hedgeagro.com.br/vencimento-codificacao-agro-bmf/>> Acesso em 20 de março de 2020 às 20:23 horas.

¹⁴² Id. Ibid.

Cada mês possui uma letra para identificação, exemplo: janeiro representado pela letra F, março pela letra H, maio pela letra K. Para identificação do produto e da data do vencimento será ilustrada da seguinte forma, suponha-se que a compra do milho foi realizada com vencimento em janeiro, sua sigla será “CCMF”.¹⁴³

A negociação através do mercado futuro realizado na bolsa de valores, apesar de ser seguro no quesito seriedade, apresenta muitos riscos, afinal contratos que seus objetivos são ativos futuros são cheios de riscos. Na bolsa os valores serão atualizados diariamente, ao vender ou comprar um ativo, o produtor estará exposto as oscilações do mercado, dessa forma assumirá o risco dos prejuízos ou lucros. Essa oscilação ocorre da seguinte forma, se por exemplo a saca de um determinado grão no contrato foi fechado no valor de R\$65,00 reais e chegar no dia de sua liquidação o valor ter aumentado para R\$70,00 reais, o vendedor teve um lucro maior, pois o comprador terá que pagar a diferença, se ocorresse o contrário também seria da mesma forma, ou seja, se a saca foi negociada a R\$65,00 reais e na liquidação diminuiu em R\$50,00 reais, o vendedor teria que pagar a diferença.¹⁴⁴

2.5. TRADING COMPANY

As tradings são empresas contratadas para realização de importação de produtos. São especialistas nesta área, atuam com planejamentos, documentações necessárias, buscam a melhor maneira de se importar mercadorias, sem custar muito para o contratante.

Por ser especialistas, possuem algumas vantagens, pois já conhecem a forma mais fácil de trabalhar e evitam prejuízos que provavelmente uma empresa ou uma pessoa sem experiência acarretaria. A vantagem em contratar uma trading é que possuem vários profissionais fluentes em outras línguas, possuem um vasto campo de fornecedores, é mais seguro, possui uma redução de custo, também consegue importar pequenas quantidades, que provavelmente sozinho o comprador não conseguiria.¹⁴⁵

¹⁴³ HEDGE AGRO, **Código e Vencimento dos Contratos Agrícolas Negociados na BMF**. Disponível em: <<http://hedgeagro.com.br/vencimento-codificacao-agro-bmf/>> Acesso em 20 de março de 2020 às 20:23 horas.

¹⁴⁴ TORO, **Mercado futuro – o que é e como funciona**. Disponível em < <https://artigos.toroinvestimentos.com.br/mercado-futuro-o-que-e-como-funciona>> Acesso em 20 de março de 2020 às 20:49 horas.

¹⁴⁵ ADMINISTRADORES.COM, **As Vantagens de Importar Com Trading Company**. Disponível em <<https://administradores.com.br/artigos/quais-as-vantagens-de-importar-atraves-de-uma-trading-company>> Acesso em 20 de março de 2020 às 22:04 horas.

Essas empresas visam facilitar a comunicação das organizações em negociação, empresa fabricante e empresa compradora de países diferentes, as tradings em tese possui viabilidade muito maior para os contratantes, pois estaria sendo mais oneroso incorporar um departamento de exportação e importação dentro da empresa do que o contrato com a trading.

Além de facilidade a contratação, não há preocupação com a parte burocrática, pois a empresa se faz presente em todos os aspectos, desde contratos, impostos, logísticas, negociações, enfim toda a parte burocrática da negociação. Importantíssima para a empresa que não possui experiência com esse modelo de contrato internacional, assim evita de cometer deslizes graves e acabar prejudicada financeiramente.¹⁴⁶

2.6. CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE SAFRA FUTURA

O contrato de compra e venda é hoje um dos meios mais utilizados pelos produtores do Brasil, principalmente na compra e venda de safra futura.

Segundo Fernando Campos Sacff:

Um instrumento útil para reduzir os riscos inerentes à produção agrária, sempre sujeita às variações ambientais e de mercado que nela ocorrem de modo peculiar, está representado pela possibilidade de venda futura de safras agrícolas ou de animais, com a pré-fixação dos preços a serem recebidos pelo produtor em data determinada e posterior aquela da contratação, tal como ajustada com o comprador, representado muitas vezes pelas tradings que atuam no mercado de grãos. A ocorrência de tal contratação é economicamente justificável e juridicamente possível. Fixado o preço, estabelecida a qualidade do produto a ser entregue e a data limite para tanto, as partes podem estabelecer, de modo antecipado, várias das obrigações recíprocas e próprias à compra e venda de bens móveis, criando-se assim vantagens evidentes no que diz respeito à maior previsibilidade de custeio da produção, bem como à segurança superior no que diz respeito às datas de recebimento pelo preço do produto, permitindo-se, dessa forma, melhorar a organização da própria empresa.¹⁴⁷

O autor expõe de uma maneira muito clara, a importância de um contrato bem elaborado, sendo esse de maneira eficaz, além de reduzir os riscos que existem sobre o objeto, ajuda as partes a se organizar, causando assim uma previsibilidade das vantagens referente ao negócio jurídico que firmam no presente.

¹⁴⁶ MINISTÉRIO DA ECONOMIA, **Empresa Comercial Exportadora/Trading Company**. Disponível em <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/empresa-comercial-exportadora-trading-company>> Acesso em 20 de março de 2020 às 22:27 horas.

¹⁴⁷ CONSULTOR JURIDICO, **Contratos de venda de safra futura: compromisso x revisão**. Disponível em <<https://www.conjur.com.br/2018-abr-20/direito-agronegocio-contratos-venda-safra-futura-compromisso-revisao>> Acesso em 31 de março de 2020 às 20:15 horas.

Essa modalidade se trata de contrato aleatório, ou seja, apesar de ter seu valor e o objeto estabelecido na celebração do contrato, podem ocorrer mudanças durante o período da safra, tanto em relação ao valor, que pode sofrer uma significativa valorização, como pode também desvalorizar, entre outros riscos que as partes estão sujeitas.

Existem na verdade dois tipos de riscos, de um lado o risco da supervalorização do grão vendido (ou a queda no valor) e do outro a quantidade acordada, os fatores de riscos nesses aspectos são altíssimos se o produtor não se atentar a tudo o que ocorre em sua safra, pode ocorrer de seu produto sofrer alguma alteração e nesse sentido não conseguir entregar a quantidade acordada na data estipulada, dessa forma causando diversos prejuízos ao cliente.

Além de prejudicar seu cliente por não entregar a quantidade estipulada, também acabará gerando prejuízos frente aos clientes do comprador, porque hoje praticamente todas as empresas fazem suas compras e seus contratos já com acordos com outros clientes, como se fosse uma cadeia contratual.

Apesar do risco iminente nessa modalidade contratual, o agricultor ainda assim opta por assumi-lo, pois dentro desse universo agroindustrial existem muitas competitividades, e conforme cresce esse mercado, cresce também a competição por um espaço considerável dentro dele.¹⁴⁸

Neste caso já possuir um vínculo com uma grande empresa, acaba gerando uma tranquilidade para o produtor, já que este presume que os gastos adquiridos para a realização da produção serão compensados e terá o lucro pretendido futuramente.¹⁴⁹

Conforme Valdemar João Wesz Junior:

A relação entre os produtores rurais, de um lado, e as empresas, de outro, é permeada por uma tensão constante. Para ambos é estratégico esse vínculo, pois é por meio dele que as firmas continuam vendendo insumos, prestando serviços e adquirindo a produção do agricultor, elementos fundamentais para o seu funcionamento e crescimento. Já o agricultor está interessado na disponibilidade dos recursos, na oferta de insumos e serviços, na garantia de venda do grão etc. Esta grande interdependência torna a relação de alto risco, tanto para o produtor quanto para a empresa, uma vez que qualquer elo rompido promove prejuízos graves para os dois lados.¹⁵⁰

¹⁴⁸ JUNIOR Valdemar João Wesz, O Mercado da Soja no Sudeste de Mato Grosso (Brasil): **uma Análise das Relações entre Produtores Rurais e Empresas a Partir da Sociologias Econômica**. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582019000100302&script=sci_arttext&tlng=pt> Acesso em 24 de Maio de 2020 às 12:14 horas.

¹⁴⁹ Id. Ibid.

¹⁵⁰ Id. Ibid.

Essa relação entre empresa e produtor, apesar de apresentar inúmeros riscos, se faz importante, pelo fato de manter um certo equilíbrio dentro da relação jurídica. Ambos necessitam de uma garantia para continuar sua produtividade, ao firmarem o acordo, essa garantia começa a se concretizar, porém ainda existe o risco iminente do próprio negócio.

No decorrer da produção, pode ocorrer vários fatores que podem ser prejudiciais tanto para o produtor, quanto para a empresa. Deste modo vale ressaltar que ambos se sujeitam a essa modalidade contratual, justamente como forma de garantia futura de lucros e benefícios.

Em outro momento de seu artigo, Valdemar João Wesz Junior, apresenta uma pesquisa de campo que discorre da seguinte forma:

Em relação às parcerias em nível local, o fato de este mercado estar fortemente concentrado em um reduzido número de firmas possibilita relações cooperadas entre as diferentes *tradings* líderes. Durante a pesquisa de campo, um entrevistado que trabalha há vinte anos na região com a compra de soja e milho em uma multinacional, esclarece o funcionamento deste mercado. Antes do início da safra, as empresas fazem uma programação sobre a quantidade de grão que precisam comprar para abastecer sua demanda futura (seja para exportação *in natura*, seja para suas indústrias). Com essa previsão, começam a pesquisar a superfície plantada e a perspectiva de produção na sua área de atuação. Além dos seus cadastros, que informam a área cultivada dos produtores, as firmas se comunicam com as revendas, Representantes Técnicos de Venda e cooperativas, para tomarem conhecimento das previsões. Formado esse quadro, entram em contato com as empresas que compram soja para conhecer a necessidade de cada uma. Assim, compõem um mapa da produção e da demanda. É a partir destes dados que suas ações vão sendo definidas. Quando existe uma procura regional maior, acabam elevando o preço para conseguir a compra; quando ocorre o inverso, compram somente nos períodos em que o preço internacional da soja está mais baixo, pois sabem que há produtos nas redondezas para ser comercializado.¹⁵¹

Existem no mercado grandes empresas compradoras de grãos, essas buscam minuciosamente a melhor maneira de negociar com os produtores, como apresentado, antes da negociação, essas empresas realizam um levantamento, tanto da quantidade que irão necessitar, quanto aos valores de mercado, até a quantidade produzidas pelos produtores cadastrados em sua plataforma de negociação.

Como se trata de um contrato de risco, que envolve muitos investimentos, as empresas juntamente com os produtores buscam realizar um negócio jurídico que seja eficiente e que

¹⁵¹ JUNIOR Valdemar João Wesz, O Mercado da Soja no Sudeste de Mato Grosso (Brasil): **uma Análise das Relações entre Produtores Rurais e Empresas a Partir da Sociologia Econômica**. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582019000100302&script=sci_arttext&tlng=pt> Acesso em 24 de Maio de 2020 às 13:35 horas.

traga para ambos a segurança jurídica e a tranquilidade de estar agindo da melhor forma prevista em lei.

Um dos contratos realizados entre empresas e produtores, é dos grãos de soja, este sendo chamado de contrato de compra e venda de soja verde, usa-se essa expressão “soja verde”, pelo fato da mesma não estar sendo plantada no momento da contratação, ou seja, negociação de um produto futuro.¹⁵²

Geralmente quando estabelece o contrato, o produtor deve atender as exigências estipuladas pela empresa compradora, no que tange qualidade do produto e também como será entregue, pode ser que a empresa faça a retirada dos grãos no armazém do produtor, como pode ser também que o próprio produtor se encarregue de levar os grãos até o armazém da empresa, sendo essa última forma a mais utilizada pelos contratos dessa modalidade.¹⁵³

A dimensão do agronegócio é incomensurável, não se prendendo apenas nas plantações de grãos ou no rebanho de animais. Existem também dentro dessa produção a participação das empresas fornecedoras de insumos, em que é firmado um contrato denominado Barter, que significa troca.

O contrato Barter realizado entre o produtor e a empresa fornecedora, se baseia em um sistema de troca, em que o fornecedor entrega os insumos para a produção da safra e em troca o produtor lhe entrega uma porcentagem de seu produto colhido futuramente.¹⁵⁴

Geralmente os produtores optam por essa forma, pois assim não se preocupam em imprevistos referente a falta de recursos financeiros para aquisição de insumos e então podendo cumprir o contrato de compra e venda que celebrou com outra empresa.¹⁵⁵

¹⁵² SANTOS, Roseli Rocha; MYSZCZUK, Ana Paula; GLITZ Frederico Eduardo Zenedin. **Contrato de compra e Venda na Cadeia Agroindustrial da Soja**. Ano 2010, Página 53. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/download/328/273>>. Acesso em 24 de maio de 2020 às 08:45 horas.

¹⁵³ SANTOS, Roseli Rocha; MYSZCZUK, Ana Paula; GLITZ Frederico Eduardo Zenedin. **Contrato de compra e Venda na Cadeia Agroindustrial da Soja**. Ano 2010, Página 53. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/download/328/273>>. Acesso em 24 de maio de 2020 às 08:45 horas.

¹⁵⁴ NOTÍCIAS AGRICÓLAS, **Contrato barter: O que é pra que serve? Por Caius Godoy** – advogado especialista em Agronegócios na AgroBox Advocacia em Agronegócios. Disponível em: <<https://www.noticiasagricolas.com.br/artigos/artigos-geral/232945-contrato-barter-o-que-e-pra-que-serve-por-caius-godoy.html#.XssJUGhKjIU>> Acesso em 24 de maio de 2020 às 20:45 horas.

¹⁵⁵ Id. Ibid.

3. ADVERSIDADES CLIMÁTICAS DURANTE AS SAFRAS NO BRASIL

A agricultura é uma prática dependente do clima, por esse motivo, cada agricultor sabe exatamente a data correta de plantio de cada espécie. A importância do clima na agricultura é enorme, pois desde a umidade do ar até a temperatura do solo, são componentes excepcionais causados pelo clima, dessa forma, os mesmos componentes podem ser altamente vantajosos para a safra, como também altamente prejudiciais.¹⁵⁶

Para que a produção seja proveitosa, não deve haver escassez de componentes climáticos, como não deve haver excessos também, geralmente há um equilíbrio climático, porém em alguns casos pode ocorrer fatores climáticos imprevisíveis.¹⁵⁷

Alguns problemas ocorrem quando surgem ventos muito fortes, que acabam acarretando a queda das flores e dos frutos novos, além de causar murchamento nas plantas, em outros casos quando há excessos ou escassez de chuvas pode ocorrer a perda da planta por inteira, em relação a baixa temperatura do solo a planta não consegue se desenvolver, dessa maneira ela paralisa sua evolução, outro fator que pode ocorrer também, é em relação ao excesso de umidade no solo, que pode acarretar o surgimento de doenças nas raízes. Ou seja, a agricultura é totalmente dependente do clima, por essa razão existem épocas específicas para o cultivo de cada fruto.¹⁵⁸

Existe um fenômeno que de tempos em tempos costuma surgir, alterando o ciclo de chuvas, esse fenômeno é denominado de El Niño, que ocorre aumentando as temperaturas da superfície do mar do Oceano Pacífico e enfraquecendo os ventos alísios, que são movimentação de massas de ar quente para as zonas de menor pressão atmosférica.

Também conhecido como El Niño Oscilação Sul (ENOS), ganhou esse nome em referência ao menino Jesus, por ter suas primeiras observações na época natalina, nome dado por pescadores e marinheiros. Existem muitas teorias de como se dá o surgimento desse fenômeno, porém nada concreto, o que se sabe é que ocorre pelo enfraquecimento dos ventos alísios, ventos esses que são responsáveis por levar umidade e calor para área equatorial.¹⁵⁹

¹⁵⁶ TECNOLOGIA E FLORESTA, **A Importância do Clima e Temperatura para Agricultura**. Disponível em: < <http://www.tecnologiaefloresta.com.br/2016/10/20/importancia-do-clima-e-temperatura-para-agricultura/>> Acesso em 11 de abril de 2020 às 19:34 horas.

¹⁵⁷ Id. Ibid.

¹⁵⁸ Id. Ibid.

¹⁵⁹ BRASIL ESCOLA, **El Niño**. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/el-nino.htm>> Acesso em 22 de Abril de 2020 às 19:37 horas.

Nos anos normais, os ventos alísios conseguem empurrar as águas quentes em sentido a Ásia, deixando assim a costa da América com uma água mais fria, o motivo dessa água mais fria é outro fenômeno chamado ressurgência, que ocorre quando as águas profundas se afloram na superfície para ocupar o espaço daquela água quente que foi levada pelos ventos, esse evento faz com que a costa da América acabe ficando propícia a pesca, já que juntamente com a água vem também matéria orgânica que se encontra no fundo do mar e isso chama atenção de muitos peixes. Porém quando ocorre o El Niño, essa superfície inteira permanece quente, por conta do enfraquecimento dos ventos alísios, pois eles não conseguem completar o percurso e isso gera vários efeitos para o mundo.

Claramente todo e qualquer fato da natureza que ocorre em um determinado local do mundo, acaba afetando em sua totalidade, em alguns lugares em maiores proporções, em outros em proporções menores. No Brasil a agricultura sofre muito com esses efeitos, vários casos comprovados de perda de grãos por esse fenômeno, infelizmente ele não é previsível, não tem como prevê quando irá ocorrer, o que registram é que conforme o tempo, seus efeitos estão cada vez mais fortes.¹⁶⁰

Um dos casos mais graves registrados até os dias de hoje ocorreu nos anos de 1982 e 1983:

O El Niño mais forte registrado pelos equipamentos meteorológicos modernos foi entre 1982 e 1983, com um aquecimento de aproximadamente 6° C da temperatura do Oceano Pacífico. Seus efeitos foram catastróficos, com perdas econômicas estimadas em oito bilhões de dólares. Apenas as enchentes e tempestades que atingiram os Estados Unidos somaram perdas de dois bilhões de dólares. Enormes secas ocorreram na Indonésia, Austrália, Índia e sudeste da África. A Austrália experimentou diversos incêndios florestais, quebra nas safras agrícolas e a morte de milhões de ovelhas por falta de água. A pesca no Peru resultou em metade dos valores pescados no ano anterior.¹⁶¹

No ano de 1997 o Brasil também enfrentou um dos anos mais difíceis em termos de efeitos provocados pelo El Niño:

Por aqui as características mais marcantes são um aumento anormal de chuvas na região Sul do Brasil e uma seca mais severa e prolongada no Nordeste e no Norte do País. A região sudeste fica em uma área de transição e, de acordo com a intensidade do fenômeno, pode ter verões mais secos ou chuvosos. No de 1997, por exemplo, Minas Gerais e Espírito Santo registraram chuvas torrenciais, assim como o Acre, que teve uma das maiores enchentes de sua história. E, no Sul, choveu muito mais do que

¹⁶⁰ BRASIL ESCOLA, **El Niño**. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/el-nino.htm>> Acesso em 22 de Abril de 2020 às 19:39 horas.

¹⁶¹ Id. Ibid.

a média, causando as trágicas enchentes tão comuns como as que ocorre em Santa Catarina. No Nordeste brasileiro, principalmente nos estados mais próximos à Linha do Equador, houve uma seca severa, uma das maiores da história. No Leste da Amazônia, na região já próxima ao Cerrado, houve uma ocorrência incomum de queimadas. “Antecipar o que vai ocorrer no Centro do País e na região Sudeste é mais complicado, são áreas de transição, mas pelo que estamos vendo é muito provável que o Sul e o Nordeste, em especial o Norte do Nordeste, irão sofrer os impactos de um El Niño forte como esse”, diz Caio Coelho, pesquisador do Centro de Previsão do Tempo e de Estudos Climáticos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Cptec/Inpe).¹⁶²

Nas regiões brasileiras ocorrem diferentes resultados, na região norte acontece uma redução de chuvas aumentando assim o risco de incêndios, na região Nordeste também ocorre redução das chuvas, já na região Sudeste ocorre um aumento na temperatura, nas regiões Centro-oeste e Sul ocorre um aumento das chuvas, porém na região Sul aumenta a temperatura, já na região Centro-oeste pode ocorrer também irregularidade quanto as chuvas e as temperaturas podem se apresentarem a cima do normal.¹⁶³

Em 2016 os Estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, sofreram perdas em suas safras justamente provocados pelo fenômeno El Niño, em alguns casos foi preciso até mesmo o replantio das lavouras, obviamente o custo para tentar reparar esse dano foi altíssimo. O estado do Maranhão foi o mais prejudicado, mais precisamente o sul do estado. Segundo o Portal do Grupo Kleffmann, que apresentam informações sobre o agronegócio:

A região Nordeste do Brasil, que concentra os Estados produtores do Matopiba, vivenciou vários problemas com o desenvolvimento das lavouras nesta safra 2015/16. Segundo Nedi Luiz Mattioni, agrônomo e gerente de produção da fazenda Condomínio Irmãos Gatto, nos 15,4 mil hectares de soja cultivados em Luis Eduardo Magalhães e Barreiras, no Oeste da Bahia, o plantio foi realizado com dificuldades devido à estiagem de novembro e dezembro, havia pouca umidade disponível no solo para a germinação e, com isso, o estabelecimento da cultura.¹⁶⁴

A palavra Matopiba, é exatamente a junção dos Estados Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Neste caso específico teve uma diminuição da produtividade, justamente pelos efeitos do fenômeno El Niño, que alterou o clima, fazendo com que houvesse uma irregularidade nas lavouras, por esse motivo a preocupação dos agricultores, pois com a baixa umidade do solo,

¹⁶² ISTO É, **O maior El Niño da história?** Disponível em:
< https://istoe.com.br/433235_O+MAIOR+EL+NINO+DA+HISTORIA+/> Acesso em 22 de abril de 2020 às 20:02 horas.

¹⁶³ ALUNOS ONLINE, **Efeitos do El Niño no Brasil.** Disponível em:
<<https://alunosonline.uol.com.br/geografia/efeitos-el-nino-no-brasil.html>> Acesso em 12 de abril de 2020 às 12:29 horas.

¹⁶⁴ PORTAL KLFF, **El Niño impacta agricultura e traz cenário adverso.** Disponível em
< <http://www.portalklff.com.br/publicacao/el-nio-impacta-agricultura-e-traz-cenario-adverso-1235>> Acesso em 12 de abril de 2020 às 20:21 horas.

teve o comprometimento do desenvolvimento da germinação, que se encontra na fase inicial da plantação e nitidamente a redução da produtividade.

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente, publicou no dia 23 de novembro de 2015 a seguinte notícia:

O El Niño é, segundo reportagem da Folha de S. Paulo, um dos culpados de afetar a produção de alimentos básicos no Brasil. Uma das características desse fenômeno climático é potencializar as chuvas no Sul e a seca no Nordeste. As chuvas no Sul prejudicaram a colheita do trigo. “Também haverá uma piora na qualidade do trigo, mas ainda não temos certeza da dimensão”, afirmou ao jornal Élcio Bento, analista da consultoria. De acordo com a reportagem, o Brasil terá que aumentar as importações do cereal em 12% na safra 2015/16 para abastecer o mercado interno. Com o valor do câmbio do dólar, a tendência é de alta para o trigo e seus derivados.¹⁶⁵

Neste caso, não resta dúvidas o tamanho do prejuízo, tanto para os agricultores quanto para os consumidores, afinal todo produto que é necessário ser importado, chegará para o consumidor final com um valor bem mais elevado, além de seus derivados que também sofrem alterações de valores.

Mais um caso decorrente do fenômeno El niño, ocorreu no Estado do Maranhão:

A instabilidade, além de prejudicar a safra de soja, principal produto agrícola da região, também pode inviabilizar o plantio da safrinha do milho no início do ano que vem. Até o momento, os agricultores plantaram menos de 50% dos 700 mil hectares previstos para a safra de verão da soja. Em muitas áreas, o plantio está atrasado há mais de 40 dias porque não choveu o suficiente. Quem plantou, reclama da estiagem provocada pelo fenômeno porque o desenvolvimento das plantas está abaixo do esperado. Em uma lavoura, o agrônomo Cássio Monteiro mostra que a soja germinou por causa da palhada que deixou o solo mais úmido, mas se não chover nos próximos dias, o prejuízo será inevitável.¹⁶⁶

A soja necessita de uma boa disponibilidade de água para sua germinação, é uma das sementes que mais necessitam de umidade para seu desenvolvimento, quando esse não ocorre da forma correta, infelizmente perde-se a plantação ou quando ainda assim se desenvolve, não a faz com a melhor desenvoltura, fazendo com que a produtividade seja muito a baixo do estimado.¹⁶⁷

¹⁶⁵ SEMAGRO, **Fenômeno do El Niño afeta produção de alimentos no Brasil**. Disponível em: <<http://www.semagro.ms.gov.br/phenomeno-do-el-nino-afeta-producao-de-alimentos-no-brasil/>> Acesso em 12 de abril de 2020 às 21:00 horas.

¹⁶⁶ G1.GLOBO.COM, **El Niño reduz chuvas e afeta produção de grãos no sul do Maranhão**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2015/12/el-nino-reduz-chuvas-e-afeta-producao-de-graos-no-sul-do-maranhao.html>> Acesso dia 21 de abril de 2020 às 14:06 horas.

¹⁶⁷ NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, **Condição ideal para o plantio; entenda quais são as necessidades das sementes e o que acontece com elas em condição de estresse**. Disponível em:

As safras não somente sofrem pelo fenômeno El Niño, mas também por variações climáticas que a cada ano ficam mais intensas. Outro caso derivado das mudanças climáticas, ocorreu ainda no ano de 2020, segundo mostra a rádio Gauchazh, em um artigo sobre campo e lavoura:

A estiagem fará com que o Rio Grande do Sul passe longe de colher uma supersafra de verão no período 2019/2020, como era esperado antes do plantio. A Emater estima que a colheita de grãos nas propriedades gaúchas chegará a 28,72 milhões de toneladas, queda de 13,8% frente às 33,3 milhões de toneladas esperadas inicialmente e o menor resultado desde 2017. [...] A safra ficará marcada por perdas significativas principalmente no milho e na soja, em decorrência da estiagem. As quebras nessas culturas superam os dois dígitos. [...] As perdas no milho e na soja farão com que, pelo menos, R\$ 4,8 bilhões deixem de circular no Estado, segundo a Emater. No entanto, o diretor-técnico Alencar Rugeri enfatiza que o impacto financeiro indireto das perdas no campo é muito maior.¹⁶⁸

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER auxilia os produtores com notícias, com orientações de como utilizar novas tecnologias, ou seja, repassa conhecimentos e experiências para que os produtores possam se basear para obter êxito na plantação. O que pode ser percebido nesse artigo rural, é que além do prejuízo sofrido pelo agricultor, também se reflete diretamente na economia do Estado, conseqüentemente uma diminuição nas arrecadações, havendo um enfraquecimento econômico significativo para o Estado.

Em Cláudia, município do Estado de Mato Grosso, também houve grandes perdas de suas safras:

As constantes chuvas no município de Cláudia, a 608 Km de Cuiabá, têm causado prejuízo aos produtores de soja, que ficam impedidos de fazer a colheita e perdem milhares de hectares plantados nesta safra. Segundo o delegado da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT), Ivan Max Hoffman, os prejuízos atuais já passam da casa dos R\$ 20 milhões. De acordo com os produtores, foram colhidos pouco mais de 5% dos 110 mil hectares cultivados no município nesta safra, mas o índice de lavouras perdidas é grande. Em uma área de 230 hectares, por exemplo, toda a produção passou do tempo de colheita e os grãos apodreceram. A estimativa de perda é de quase 15 mil sacas de soja.¹⁶⁹

<<https://www.noticiasagricolas.com.br/videos/soja/243729-entrevista-com-elmar-floss-professor-e-diretor-do-instituto-inicia-sobre-o-riscos-do-plantio-sem-chuvas.html#.Xp82yMhKjIU>> Acesso em 21 de abril de 2020 às 14:23 horas.

¹⁶⁸ GAUCHAZH CAMPO E LAVOURA, **Com falta de chuva, safra de grãos de verão no RS é a menor desde 2017, indica Emater**. Disponível em <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/campo-e-lavoura/noticia/2020/03/com-falta-de-chuva-safra-de-graos-de-verao-no-rs-e-a-menor-desde-2017-indica-emater-ck7bv9lq700sy01pqhxfj7a.html>> Acesso em 12 de abril às 21:43 horas.

¹⁶⁹ G1.GLOBO, **Chuva prejudica colheita de soja em município de MT e produtores apontam prejuízos de R\$20 milhões**. Disponível em <<https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/chuva-prejudica-colheita-de-soja->

Os prejuízos causados pelas variações do clima, em muitos casos são irreversíveis, os produtores investem muito alto em cada plantação, conseqüentemente quando ocorre algo imprevisível, acarreta uma perda não somente das safras, mas de valores extremamente altos.

O agronegócio afeta direta e indiretamente a economia brasileira, uma vez que esse setor possui um giro de recursos altíssimos, seja com as pesquisas que são feitas ou com os investimentos em melhoria do solo, da lavoura ou do rebanho, entre outros.

A economia do País, se desenvolve conjuntamente com o agronegócio, nesse sentido, quando a produtividade do setor opera em alta, a economia se desenvolve da mesma forma, porém quando ocorrem imprevistos, como as adversidades climáticas que alteram essa produtividade, o setor sofre grandes prejuízos em sua lucratividade e conseqüentemente acaba remetendo esses danos para a economia do País também.

3.1. A IMPORTÂNCIA DO AGRONEGÓCIO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA

O agronegócio é considerado como um dos pilares da economia brasileira, responsável por uma grande parte do PIB do país. Deve ser lembrado que o agronegócio não se trata somente de plantações ou criações de animais, mas também toda uma estrutura, desde maquinários, logística, tecnologias e um grande gerador de empregos. Com o desenvolvimento do agronegócio no Brasil, transformou o país em um dos grandes fornecedores mundiais.¹⁷⁰

Segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA):

O agronegócio tem sido reconhecido como um vetor crucial do crescimento econômico brasileiro. Em 2018, a soma de bens e serviços gerados no agronegócio chegou a R\$1,44 trilhão ou 21,1% do PIB brasileiro. Dentre os segmentos, a maior parcela é do ramo agrícola, que corresponde a 74% desse valor (R\$1,07 trilhão), a pecuária corresponde a 26%, ou R\$ 375,3 bilhões.¹⁷¹

É nítida a importância do setor agro para a economia do país, sendo este um dos principais movimentadores do PIB brasileiro. O sistema agro movimenta fatores que muitas vezes passam despercebidos por muitos, aquele café da manhã, acompanhado de um pão de

em-municipio-de-mt-e-produtores-apontam-prejuizo-de-r-20-milhoes.ghml> Acesso em 19 de Abril de 2020 às 14:39 horas.

¹⁷⁰ TODA MATÉRIA, **O Que é Agronegócio?** Disponível em < <https://www.todamateria.com.br/o-que-e-agronegocio/>> Acesso em 27 de abril de 2020 às 10:59 horas.

¹⁷¹ CNA. **Panorama do Agro.** Disponível em < <https://www.cnabrazil.org.br/cna/panorama-do-agro>> Acesso em 26 de abril de 2020 às 11:08 horas.

queijo, um bolo de cenoura com um suco de laranja, este advém justamente do sistema agro, grande maioria do dia as pessoas tendem a ter contato com algum produto advindo do agronegócio e acabam não percebendo. Quando se fala em agronegócio, não deve-se somente ilustrar a respeito de plantações, criadouro de animais, enfim, deve-se frisar que a importância desse sistema para o meio econômico está além do que pode ser percebido no dia a dia, através desse sistema existe uma vasta proporção de empregos, não somente de funcionários nas lavouras ou na área agrária, mas também como engenheiros, nutricionistas, trabalhadores agrícolas, fornecedores entre tantas outras funções que são possíveis através do sistema agro.

Em 2019 o Jornal G1 publicou uma matéria onde evidencia a dimensão da importância do agronegócio para a economia brasileira:

Para se ter uma ideia da dimensão desse setor, a BRF, uma das maiores empresas de alimentos do mundo, tem no agronegócio brasileiro a base de produção, atendendo às etapas de fabricação dos produtos que chegam ao varejo, como proteína, margarinas, massas, presuntos, salsichas e linguiças. Nesta safra, a produção de grãos no país deve chegar a 240,6 milhões de toneladas, segundo o 10º Levantamento da Safra de Grãos 2018/2019, da Companhia Nacional de Abastecimento. Desses, um total de 11 milhões de toneladas ao ano são compradas por uma única empresa, a BRF, para produção de rações para as aves.¹⁷²

A imensidão do alcance do agronegócio pode ser assim observada, a empresa BRF, para melhor compreensão é dona de umas das maiores marcas alimentícias do mundo, algumas delas são: Banvit, Chester, Confidence, Deline, Claybom, Perdigão, Qualy, Sadia e Kidelli, ou seja, praticamente todos os produtos dessas marcas são produtos industrializados através do sistema agro, do sistema agro brasileiro.

No campo de pesquisas a empresa BRF também colabora com valores altíssimos, justamente para a melhoria do sistema agro no país, como mostra em outro trecho da notícia:

Outros setores da economia também se beneficiam do agronegócio, entre eles a pesquisa e o ensino. O Brasil é líder em investimento em pesquisa agrícola na América Latina. Entre 2003 e 2016, houve um crescimento de 46,3% nos gastos com pesquisa e desenvolvimento na área, segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária. Somente em 2018, a BRF investiu R\$ 53,5 milhões em Pesquisa e Desenvolvimento, abrangendo todas as operações. A área agropecuária também cria oportunidades de intercâmbio com universidades, acesso a estágios e programas de trainees. Além

¹⁷² GLOBO.COM. **Entenda como o agronegócio impulsiona a economia brasileira.** Disponível em <<https://g1.globo.com/especial-publicitario/dia-do-agricultor/brf/noticia/2019/08/05/entenda-como-o-agronegocio-impulsiona-a-economia-brasileira.ghtml>> Acesso em 27 de abril de 2020 às 13:52 horas.

disso, no setor de logística, a empresa emprega mais de 3 mil motoristas e outras 9 mil pessoas indiretamente. São 1,5 mil caminhões movimentados por dia.¹⁷³

O setor de pesquisa se faz de extrema importância, não somente para o agronegócio, mas para toda e qualquer área, para o melhor aperfeiçoamento de técnicas, tecnologias para chegar a um resultado esperado e com uma boa qualidade, sem que haja grandes prejuízos. Esses são apenas um pequeno exemplo de como a economia do país é sem dúvidas impulsionadas por esse sistema agro.

3.2. APLICAÇÃO DA TEORIA DA IMPREVISÃO NOS CONTRATOS DE SAFRAS PELOS TRIBUNAIS.

Em 2008 o Tribunal de Justiça de Goiás decidiu da seguinte forma:

APELAÇÃO CÍVEL. REVISÃO DE CONTRATO. COMPRA E VENDA DE SOJA. FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO. BOA-FÉ. I – A venda a termo para entrega futura, por tratar-se de contrato de risco, pode trazer as partes grandes lucros ou prejuízos. A teoria da imprevisão e a da onerosidade excessiva são mecanismos de inegável importância e de relevante contribuição a garantia do equilíbrio contratual. II – Ocorrendo a onerosidade excessiva ao produtor, ante a ocorrência da ferrugem asiática impõe-se a revisão do contrato. III – O arbítrio de um dos contratantes não pode prevalecer na compra e venda, que exige o consenso das partes sobre o preço, ou no mínimo, sobre o modo equitativo de fixá-lo. Também deixar ao arbítrio de uma das partes a fixação do preço e responsabilizando-se a outra, no caso o produtor alienante, todos os riscos decorrentes de casos fortuitos e de força maior, até a efetiva entrega do produto no prazo e condições estabelecidas, acarreta a nulidade do contrato, máxime se estaria faltando, além da equidade, um dos seus elementos essenciais. IV – Neste caso, há que se homenagear a mutabilidade ou rescindibilidade dos contratos onerosos (por conta do princípio da boa-fé objetiva e função social do contrato) em detrimento do princípio do pacta sunt servanda. Apelação Cível conhecida, mas improvida. (122081-3/188 – Apelação Cível – 1ª Câmara Cível – Des. Abrão Rodrigues Faria – DJ 205 de 30/10/2008).¹⁷⁴

Nessa decisão o Desembargador aceitou os argumentos utilizados pelo agricultor, não desrespeitando a importância do princípio do pacta sunt servanda, porém afirmando que o princípio da boa-fé objetiva e da função social se sobressaíram como requisitos mais importantes no caso concreto.

Outra decisão também proferida em 2008 pelo Tribunal de Justiça de Goiás:

¹⁷³ GLOBO.COM. **Entenda como o agronegócio impulsiona a economia brasileira.** Disponível em <<https://g1.globo.com/especial-publicitario/dia-do-agricultor/brf/noticia/2019/08/05/entenda-como-o-agronegocio-impulsiona-a-economia-brasileira.ghtml>> Acesso em 27 de abril de 2020 às 14:07 horas.

¹⁷⁴ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS. **Jurisprudência.** Disponível em <<https://www.tjgo.jus.br/jurisprudencia/juris.php?acao=query&tipo=P&posicao=>>> Acesso em 26 de abril de 2020 às 20:42.

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA DE RESOLUÇÃO DE CONTRATO. COMPRA E VENDA DE SOJA COM ENTREGA FUTURA. INVOCAÇÃO DA TEORIA DA IMPREVISÃO. CONTRATO ALEATORIO. NECESSIDADE DE EXTINÇÃO DO PACTO. OBSERVANCIA DOS PRINCÍPIOS DA BOA-FÉ OBJETIVA E DA FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO. 1 – Procedente e a pretensão de resolver contrato de compra e venda de soja com entrega futura, sob a alegação de superveniência de fatores externos imprevisíveis e onerosos, tais como as variações climáticas, como o excesso de chuvas, pragas (ferrugem asiática) na lavoura, alteração de preços de insumos aplicáveis na plantação, porquanto afiguram-se estes fatos situações imprevisíveis, principalmente porque, em sendo o contrato aleatório, por se referir a coisa ou fatos futuros, cuja a ela de não virem a existir e previsível para ambos os contratantes, onde a contraente assume a possibilidade de nada ser acolhido bem como o risco consequente. 2 – De mais a mais, confirma-se que, in casu, como no contrato de compra e venda celebrado para entrega futura de soja, a adquirente, ao lançar as despesas, riscos e todos os encargos a conta do produtor, contem desequilíbrio entre as partes não admitindo na nossa legislação, visto que deixou ao critério da compradora a fixação do preço e lançou os custos sobre o agricultor, sem nenhum risco para a adquirente. 3- Neste caso, há que se homenagear a mutabilidade ou rescindibilidade dos contratos onerosos (por conta do princípio da boa-fé objetiva e função social do contrato) em detrimento do princípio da pacta sunt servanda, cujos efeitos, embora ainda não banidos pelo ordenamento jurídico, encontram-se em fase de relativização. Recurso de apelação cível conhecido, mas improvido. (127602-1/188 – Apelação Cível – 1ª Câmara Cível – Dr(a). Jeová Sardinha de Moraes – DJ 212 de 10/11/2008).175

Neste caso também o magistrado se utiliza dos princípios da boa-fé objetiva e da função social do contrato, além de fundamentar que nessa modalidade contratual o produtor acaba assumindo de forma solitária os riscos, acarretando dessa maneira o desequilíbrio contratual. O magistrado também não afasta a importância do princípio pacta sunt servanda, porém pondera que no caso em questão deve ser priorizado uma melhor maneira para se restabelecer o reequilíbrio contratual.

Atualmente os tribunais estão colocando empecilhos para o reconhecimento da teoria da imprevisão nos contratos de compra e venda de safra futura, empregando como justificativa a álea que ambas partes se sujeitam na contratação.

Conforme decisão a seguir:

APELAÇÃO CÍVEL – EMBARGOS DO DEVEDOR – COMPRA E VENDA DE MAQUINÁRIO AGRÍCOLA – PAGAMENTO COM SACAS DE SOJA – ALTA NO PREÇO – ACONTECIMENTOS NÃO EXTRAORDINÁRIOS E PREVISÍVEIS – VARIAÇÃO DE MERCADO – ALEGAÇÃO DE ONEROSIDADE EXCESSIVA – TEORIA DA IMPREVISÃO – INAPLICABILIDADE – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. Para que haja aplicação da teoria da imprevisão deve ser demonstrada a superveniência de circunstância imprevisível, a alteração da

¹⁷⁵ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS. **Jurisprudência**. Disponível em < <https://www.tjgo.jus.br/jurisprudencia/juris.php?acao=query&tipo=P&posicao=>> Acesso em 26 de abril de 2020 às 21:49 horas.

base objetiva do contrato e a decorrente onerosidade excessiva. A baixa ou alta do preço da saca de soja não é fato imprevisível, mas evento cotidiano e previsível em razão da oferta e da procura do produto no mercado. A alegação de variação no preço da saca de soja não exclui a responsabilidade contratual expressamente assumida. (N.U 0004162-92.2015.8.11.0046, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, DIRCEU DOS SANTOS, Terceira Câmara de Direito Privado, Julgado em 18/09/2019, Publicado no DJE 26/09/2019).¹⁷⁶

Neste caso apresentado, houve uma compra de maquinários agrícolas e o pagamento se daria em sacas de soja, porém a soja sofreu um aumento de preço considerável, o que acarretaria a diferença desse valor devolvida pelo apelado, porém o tribunal discorre que ao se comprometer com o pagamento em sacas de soja o próprio apelante assumiu o risco dessa variação de preço, já que a mesma vive em constante mudança no mercado.

Do Tribunal de Justiça de São Paulo:

APELAÇÃO – EMBARGOS À EXECUÇÃO – INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONFISSÃO DE DÍVIDA – INSUMO AGRÍCOLA – TEORIA DA IMPREVISÃO – INAPLICABILIDADE – RISCO INERENTE À ATIVIDADE. A Teoria da Imprevisão não se aplica ao presente caso, uma vez que eventual insucesso em relação a safra ante a alegação de crise econômica e perda de safra não são fatos extraordinários, afastando a imprevisibilidade, não sendo passíveis de alterar as condições contratuais firmadas entre as partes. – RECURSO IMPROVIDO NESTE PONTO. APELAÇÃO – EMBARGOS À EXECUÇÃO – INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONFISSÃO DE DÍVIDA – REDUÇÃO DA MULTA FIXADA – IMPOSSIBILIDADE. A multa de 10% fixada no instrumento particular de confissão e novação de dívida não se mostra excessiva, sendo certo que, ante a ausência de incidência do Código de Defesa do Consumidor, não há que se falar em redução da multa para 2%. – RECURSO IMPROVIDO NESTE PONTO. SENTENÇA MANTIDA – RECURSO IMPROVIDO. (38ª Câmara de Direito Privado, julgado dia 21/08/2019).¹⁷⁷

Neste outro caso os apelantes apresentaram como motivo do descumprimento a crise econômica que os afetou e impediram o desenvolvimento da safra, alegando também que o valor da multa fixada na confissão de dívida era exorbitante, porém o tribunal também entendeu que ambos os problemas enfrentados pelos apelantes eram agregados ao próprio negócio jurídico firmado por eles.

Tanto no primeiro caso, quanto no segundo o tribunal portou-se de que ambos os problemas relatados pelos apelantes, se tratava de riscos eminentes do próprio negócio jurídico.

Decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Paraná:

¹⁷⁶ PODER JUDICIARIO DO ESTADO DO MATO GROSSO. **Jurisprudência**. Disponível em <<https://www.tjgo.jus.br/jurisprudencia/juris.php?acao=query&tipo=P&posicao=>>> Acesso em 26 de abril de 2020 às 23:10.

¹⁷⁷ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO. **Jurisprudência**. Disponível em <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsgr/resultadoCompleta.do>> Acesso em 27 de abril de 2020 às 09:08 horas.

EMENTA: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS. CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE SAFRA FUTURA. PROCEDÊNCIA. INSURGÊNCIA DO RÉU. INADIMPLEMENTO DO DEVEDOR. QUEBRA DE SAFRA POR OCORRÊNCIA DE GEADA. INTEMPÉRIE CLIMÁTICA QUE NÃO PODE SER DEDUZIDA COMO FATO IMPEDIDIVO AO CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO. PREVISIBILIDADE. RISCO INERENTE AO NEGÓCIO. AUSÊNCIA DE CLÁUSULA EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE. VALOR DO PREJUÍZO SUFICIENTEMENTE COMPROVADO. REDUÇÃO DA VERBA HONORÁRIA. IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA ESCORREITA. RECURSO NÃO PROVIDO. (TJ- PR – APL: 12004101 PR 1200410-1 (Acórdão), Relator: Luiz Cezar Nicolau, Data de Julgamento: 20/05/2015, 12ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 1586 17/06/2015).¹⁷⁸

Outra decisão contrária a aplicação da teoria da imprevisão, partindo-se do mesmo entendimento das aplicações anteriores, usando como base, que todos os problemas relatados pelos vendedores são inerentes ao próprio negócio jurídico.

Apesar da teoria da imprevisão estar prevista, tanto no Código de Defesa do Consumidor no artigo 6º inciso V, quanto também no artigo 317 do Código Civil brasileiro de 2002, os tribunais optam por aplicar suas decisões baseando-se no artigo 478 do Código Civil brasileiro, afinal nos artigos 6º do CDC e 317 do CC, não apresentam o termo extraordinário como requisito para sua aplicação.

Decisão do Supremo Tribunal de Justiça:

DIREITO CIVIL E COMERCIAL. COMPRA DE SAFRA FUTURA DE SOJA. ELEVAÇÃO DO PREÇO DO PRODUTO. TEORIA DA IMPREVISÃO. INAPLICABILIDADE. ONEROSIDADE EXCESSIVA. INOCORRÊNCIA. 1. A cláusula rebus sic satntibus permite a inexecução de contrato comutativo – de trato sucessivo ou de execução diferida – se as bases fáticas sobre as quais se erguei a avença alteraram-se, posteriormente, em razão de acontecimentos extraordinários, desconexos com riscos ínsitos à prestação subjacente. 2. Nesse passo, em regra, é inaplicável a contrato de compra futura de soja a teoria da imprevisão, porquanto o produto vendido, cuja entrega foi diferida a um curto espaço de tempo, possui cotação em bolsa de valores e a flutuação diária do preço é inerente ao negócio entabulado. 3. A variação do preço da saca da soja ocorrida após a celebração do contrato não se consubstancia acontecimento extraordinário e imprevisível, inapto, portanto, á revisão da obrigação com fundamento em alteração das bases contratuais. 4. Ademais, a venda antecipada da soja garante a aferição de lucros razoáveis, previamente identificáveis, tornando o contrato infenso a quedas abruptas no preço do produto. Em realidade, não se pode falar em onerosidade excessiva, tampouco em prejuízo para o vendedor, mas tão-somente em percepção de um lucro aquém daquele que teria, caso a venda se aperfeiçoasse em momento futuro. 5. Recurso especial conhecido e provido. (STJ – Resp: 849228 GO 2006/0106591-4, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO,

¹⁷⁸ TJ.PR.JUSBRASIL.COM. **Jurisprudência**. Disponível em < <https://tj-pr.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/199600494/apelacao-apl-12004101-pr-1200410-1-acordao/inteiro-teor-199600504> > Acesso em 27 de abril de 2020 às 10:21 horas.

Data de julgamento: 03/08/2010, T4 – QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 12/08/2010).¹⁷⁹

O entendimento do Supremo Tribunal de Justiça – STJ teve grande influência, após decisões proferidas por ele acerca do assunto, nota-se um vasto acompanhamento dos tribunais nas aplicações desse mesmo entendimento para casos da mesma modalidade.

¹⁷⁹ STJ, JUSBRASIL.COM. **Jurisprudência**. Disponível em <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/15814299/recurso-especial-resp-849228-go-2006-0106591-4/inteiro-teor-16839659>> Acesso em 27 de abril de 2020 às 09:49 horas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente estudo foi possível perceber a grandiosidade do agronegócio tanto para economia do País, quanto para a sobrevivência da sociedade, já que através dele, é possível se alimentar, se vestir entre outras necessidades essenciais para se manter a dignidade humana.

A agricultura no Brasil, é considerada de muita importância pois está presente desde os seus primórdios, tanto que em sua descoberta houve grandes extrações de produtos e com a colonização acabou crescendo uma cultura agrária e agrícola que aos poucos se alastrou por todo o País.

Os contratos se fazem presentes como forma de assegurar direitos dentro da lei, para o agronegócio o contrato se mostra de suma importância, pois através dele realizam grandes feitos e se obtém resultados de proporções gigantescas.

Os contratos apresentam força vinculante entre as partes, essa vinda através do princípio *pacta sunt servanda* que garante o cumprimento do contrato, caso o mesmo não tenha nenhum vício e por muitos anos esse princípio se fez absoluto, mas devida ao avanço do direito contratual, o Código Civil trouxe em seu rol a possibilidade de revisão contratual ou até mesmo a resilição do mesmo quando por ventura ocorrer fatos imprevistos e extraordinários, conhecida hoje como Teoria da Imprevisão.

Porém nota-se que os tribunais de justiça colocam grandes empecilhos para aplicação dessa teoria nos contratos de compra e venda de safra futura, alegando tão somente que tantos os riscos relacionados a preços e ao clima fossem da álea do próprio negócio jurídico.

Existem decisões favoráveis à aplicação, que utilizam como base o princípio da boa-fé objetiva e a da função social dos contratos, alegando que esses dois princípios sobressaem diante ao *pacta sunt servanda*, alegando ainda mais, que ao aplicar a força vinculante dos contratos seria de um modo injusto com o produtor, ficando claro que ao contratar o comprador transfere todo o ônus para o vendedor, deixando um total desequilíbrio contratual.

Nota-se que logo após decisão do Superior Tribunal de Justiça, que partiu do princípio que os riscos inerentes ao clima e a oscilação dos valores decorrem da própria álea do negócio jurídico, os tribunais de justiça aderiram o mesmo entendimento, dificultando a aplicação da teoria da imprevisão nos contratos de compra e venda safra futura.

O que ocorre atualmente, é que os tribunais estão apenas analisando como um pedido de mera “frustração” de ganhos, de certa forma estão compartilhando o mesmo pensamento limitante e isso acaba ferindo o princípio da dignidade humana, no sentido de procurar seus direitos e estes não serem reconhecidos.

Os produtores optam por essa modalidade contratual, pelo fato da concorrência que se alastra por todo esse setor, com o crescimento das plantações, crescem também o surgimento de novos empreendedores nessa área.

Os investimentos com solos, herbicidas, sementes, plantação em geral, colheita, enfim, são inúmeros e conseqüentemente de valores muito elevados. Por essa razão firmar um contrato de venda futura, gera uma certa tranquilidade para os produtores, pois seus gastos são altos, assim como o risco de não conseguir vender seu produto.

Em casos de demora para a venda, pode acarretar em deterioração do fruto colhido, pois cada um possui sua especificidade, desde a plantação, a colheita até a entrega no destino final. Uma das etapas mais importantes e que requer muito cuidado é justamente o armazenamento, caso não feito do modo correto, ou ocorrendo qualquer imprevisto nessa etapa, todo o investimento e cuidado feito no início desse processo se perde nessa fase, sendo esse também um dos motivos pelo qual tranquiliza os produtores acerca da segurança de já haver um comprador pré-estabelecido.

O risco é iminente, porém apesar disso, também optam por essa modalidade porque a venda pelo mercado futuro realizada pela Bolsa de Valores, acaba sendo mais arriscado do que um contrato pré-estabelecido.

No mercado futuro, os valores alteram frequentemente, então pode ter o produtor vendido seu produto por um determinado preço, porém quando for a data da entrega, esse valor estar abaixo do esperado, causando ainda mais prejuízos, pois como dito anteriormente, os gastos para manter a produção são altíssimos.

Existe sim a aplicabilidade da Teoria da Imprevisão nos contratos de compra e venda futura em razões de adversidades climáticas, para isso deve ser evidenciado a gravidade dessas mudanças climáticas.

Como ilustrado no decorrer deste trabalho, existem fenômenos imprevisíveis e extraordinários que podem ser devastadores e nesse sentido seria plenamente possível a

aplicação da Teoria da Imprevisão. A aplicação pelo magistrado, não acarretaria na insegurança jurídica, já que este o faria dentro dos trâmites da lei, restando claro que somente será aplicado a casos excepcionalmente onerosos para uma das partes, somente será aplicada para se restabelecer o equilíbrio contratual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADMINISTRADORES.COM. **As Vantagens de Importar Com Trading Company.** Disponível em <<https://administradores.com.br/artigos/quais-as-vantagens-de-importar-atraves-de-uma-trading-company>> Acesso em 20 de março de 2020.

AGEITEC, Embrapa. **Colheita.** Disponível em: <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/soja/arvore/CONTAG01_127_271020069134.html> Acesso em 18 de março de 2020.

AGEITEC, Embrapa. **Transportes.** Disponível em: <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/soja/arvore/CONTAG01_15_271020069131.html> Acesso em 18 de março de 2020.

AGENCIA IBGE NOTÍCIAS. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25406-ibge-estima-safra-recorde-de-239-8-milhoes-de-toneladas-em-2019>> Acesso em 27 de abril de 2020.

ALUNOS ONLINE. **Efeitos do El Niño no Brasil.** Disponível em: <<https://alunosonline.uol.com.br/geografia/efeitos-el-nino-no-brasil.html>> Acesso em 12 de abril de 2020.

ALUNOS ONLINE. **O governo de Justiniano.** Disponível em: <<https://alunosonline.uol.com.br/historia/o-governo-justiniano.html>> Acesso em 03 de janeiro de 2020.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Inaplicabilidade da teoria da imprevisão e onerosidade excessiva na extinção dos contratos.** Disponível em <<http://www.ablj.org.br/revistas/revista36e37/revista36e37%20%C3%81LVARO%20VILLA%20%C3%87A%20AZEVEDO%20Inaplicabilidade%20da%20teoria%20da%20imprevis%C3%A3o%20e%20onerosidade%20excessiva%20na%20extin%C3%A7%C3%A3o%20dos%20contratos.pdf>> Acesso em 24 de abril de 2020.

AMBITO JURIDICO. **A boa-fé no direito obrigacional.** Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-civil/a-boa-fe-no-direito-obrigacional/>> Acesso em 04 de janeiro de 2020.

ÂMBITO JURÍDICO. **Contratos** – Considerações Gerais. Disponível em:
<<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-53/contratos-consideracoes-gerais/>> Acesso em 04 de janeiro de 2020.

BARBOSA, Robson Rodrigues. **Classificação dos Contratos Cíveis**. Disponível em:
<<https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/18152/classificacao-dos-contratos-civis> > Acesso em 04 de janeiro de 2020.

BRASIL ESCOLA. **Climas do Brasil**. Disponível em:
<<https://brasilecola.uol.com.br/brasil/os-climas-brasil.htm> > Acesso em 25 de abril de 2020.

BRASIL ESCOLA. **El Niño**. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/el-nino.htm>> Acesso em 22 de Abril de 2020.

BRASIL. **Lei nº10.406**. Código Civil. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm> Acesso em 04 de janeiro de 2020.

CBC AGRONEGÓCIOS. **Quais as opções de venda da safra para um produtor rural**. Disponível em:
<<http://www.ead.unimontes.br/arquivos/cadernos/etec/oferta2/agronegocio/modulo1/introducao-agronegocio.pdf>> Acesso em 28 de fevereiro de 2020.

CENTRAL JURÍDICA. **Conceito, Requisitos e Princípios dos Contratos**. Disponível em <
https://www.centraljuridica.com/doutrina/78/direito_civil/conceito_requisitos_principios_dos_contratos.html > Acesso em 03 de janeiro de 2020.

CJF-ENUNCIADOS. Disponível em < <https://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/316>> Acesso em 25 de abril de 2020.

CNA. **Panorama do Agro**. Disponível em < <https://www.cnabrazil.org.br/cna/panorama-do-agro>> Acesso em 26 de abril de 2020.

CÓDIGO DE HAMURABI. Disponível em <
<http://www.culturabrasil.org/zip/hamurabi.pdf>> Acesso em 22 de abril de 2020.

CONSULTOR JURÍDICO. **Com avanços legais, pessoas com deficiência mental não são mais incapazes**. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/2015-ago-16/processo->

familiar-avancos-pessoas-deficiencia-mental-nao-sao-incapazes> Acesso em 03 de janeiro de 2020.

CONSULTOR JURIDICO. **Contratos de venda de safra futura**: compromisso x revisão. Disponível em <<https://www.conjur.com.br/2018-abr-20/direito-agronegocio-contratos-venda-safra-futura-compromisso-revisao>> Acesso em 31 de março de 2020.

DEGRANDE, Paulo; VIVAN, Lucia – **Pragas da Soja**. Disponível em: <http://www.diadecampo.com.br/arquivos/materias/%7B27F109A9-BBCE-4A47-AE1E-9C5EE180CE79%7D_08_pragas_da_soja.pdf> Acesso em 14 de março de 2020.

DINALLO, Andressa Rangel, SILVA, Samara Monayari Magalhães, EBAID, Ana Augusta Rodrigues Wstin – **A influência dos Princípios nas Decisões Judiciais**. Universidade do Oeste Paulista. Disponível em: <<http://www.unoeste.br/site/enepe/2018/suplementos/area/Socialis/Direito/A%20INFLU%C3%80NCIA%20DOS%20PRINC%C3%80PIOS%20NAS%20DECISOES%20JUDICIAIS.pdf>> Acesso em 03 de janeiro de 2020.

DIREIO DIARIO. **Contrato pelo whatsapp pode?** Disponível em: <<https://direitodiario.com.br/contrato-pelo-whatsapp-pode/>> Acesso em 03 de janeiro de 2020.

DIREITO NET. **Contratos** – Conceitos gerais. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/resumos/exibir/191/Contratos-Conceitos-gerais>> Acesso em 03 de janeiro de 2020.

EMBRAPA MEIO AMBIENTE. **Mudanças Climáticas Globais e Agricultura**. Disponível em <<https://www.cnpma.embrapa.br/unidade/index.php3?id=242&func=pesq>> Acesso em 09 de março de 2020.

EMBRAPA. **Cultivo do Milho**. Disponível em <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/27037/1/Plantio.pdf>> Acesso em 20 de março de 2020.

EMBRAPA. **Pragas**. Disponível em: <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/territorio_sisal/arvore/CONT000fckl80cd02wx5eo0a2ndxy148tp3r.html> Acesso em 20 de março de 2020.

EMBRAPA. **Riscos na agricultura.** Disponível em <<https://www.embrapa.br/visao/riscos-na-agricultura>> Acesso em 24 de abril de 2020.

EMBRAPA. Disponível em <Agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/cana-de-acucar/arvore/CONTAG01_33_71120051617.html> Acesso em 09 de março de 2020.

EMBRAPA. **Embrapa Soja.** Disponível em <<https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>> Acesso em 09 de março de 2020.

EMBRAPA. **Trajatória da agricultura brasileira.** Disponível em <<https://www.embrapa.br/visao/trajetoria-da-agricultura-brasileira>> Acesso em 28 de fevereiro de 2020.

ESMEG.ORG.BR, **Extinção de contratos.** Disponível em: <http://www.esmeg.org.br/pdfMural/material_dra._barbara_23-09-2011.pdf> Acesso em 05 de janeiro de 2020.

FGV CPDOC, **Milagre Econômico Brasileiro.** Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/milagre-economico-brasileiro>> Acesso em 09 de março de 2020.

FIUZA, Cesar. **Aplicação da cláusula rebus sic stantibus aos contratos aleatórios** – 1999. Página 9 Disponível em < <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/527/r144-01.PDF?sequence=4&isAllowed=y>> Acesso em 25 de abril de 2020.

FOLHA AGRICOLA, **Época de plantio do milho.** Disponível em <<http://folhaagricola.com.br/artigo/epoca-de-plantio-do-milho>> Acesso em 20 de março de 2020.

G1.GLOBO, **Chuva prejudica colheita de soja em município de MT e produtores apontam prejuízos de R\$20 milhões.** Disponível em <<https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/chuva-prejudica-colheita-de-soja-em-municipio-de-mt-e-produtores-apontam-prejuizo-de-r-20-milhoes.ghtml>> Acesso em 19 de Abril de 2020.

G1.GLOBO.COM, **El Niño reduz chuvas e afeta produção de grãos no sul do Maranhão.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2015/12/el-nino-reduz-chuvas-e-afeta-producao-de-graos-no-sul-do-maranhao.html>> Acesso dia 21 de abril de 2020.

GAGLIANO, Pablo Stolze – **Novo Curso de Direito Civil**, volume 4, Tomo II: Contratos em espécies/ Pablo Stolze Gagliano, Rodolfo Pamplona Filho, 7 ed. Ver. E atual – São Paulo: Saraiva. 2014. Página 33

GALVÃO, Silvano Macedo; Lopes, Priscila Assunção. **A incidência da teoria da imprevisão nos contratos aleatórios na perspectiva dos contratos futuros agrícola**. Revista da Faculdade de Direito da UFRGS, Porto Alegre, 2017. Página 48. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/revfacdir/article/download/70099/44450>> Acesso em 24 de abril de 2020.

GAUCHAZH CAMPO E LAVOURA, **Com falta de chuva, safra de grãos de verão no RS é a menor desde 2017, indica Emater**. Disponível em <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/campo-e-lavoura/noticia/2020/03/com-falta-de-chuva-safra-de-graos-de-verao-no-rs-e-a-menor-desde-2017-indica-emater-ck7bv9lq700sy01pqhxfejh7a.html>> Acesso em 12 de abril.

GLOBO.COM. **Entenda como o agronegócio impulsiona a economia brasileira**. Disponível em <<https://g1.globo.com/especial-publicitario/dia-do-agricultor/brf/noticia/2019/08/05/entenda-como-o-agronegocio-impulsiona-a-economia-brasileira.ghtml>> Acesso em 27 de abril de 2020.

GOMES, ORLANDO, **Contratos**. Rio de Janeiro, Forense 2002, Página 218.

GONÇALVES, Carlos Roberto – **Direito civil brasileiro, volume 3: contratos e atos unilaterais** – 14. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2017.

GONÇALVES, MARIANA – **Princípio da revisão dos contratos ou da onerosidade excessiva**. Disponível em:< <https://www.marianagoncalves.com.br/post/principio-da-revisao-dos-contratos-ou-da-onerosidade-excessiva>> Acesso em 04 de janeiro de 2020.

GONÇALVES, Vinicius. **Plantio de Laranja – Passo a Passo Para Iniciar a sua Plantação**. Disponível em < <https://novonegocio.com.br/rural/plantio-de-laranja/>> Acesso em 13 de março de 2020.

HEDGE AGRO. **Código e Vencimento dos Contratos Agrícolas Negociados na BMF**. Disponível em: <<http://hedgeagro.com.br/vencimento-codificacao-agro-bmf/>> Acesso em 20 de março de 2020.

INFO ESCOLA. **Ciclo da Cana-de-açúcar.** Disponível em:
<<https://www.infoescola.com/historia/ciclo-da-cana-de-acucar/>> Acesso em 28 de fevereiro de 2020.

INFOMONEY. **Home Broker.** Disponível em < <https://www.infomoney.com.br/onde-investir/home-broker-entenda-como-funciona/> > Acesso em 20 de março de 2020.

INSTITUTO AGRO. **Comercialização de commodities agrícolas: principais mecanismos.** Disponível em: < <https://institutoagro.com.br/commodities-agricolas/>> Acesso em 20 de março de 2020.

INTELIAGRO. **Cana de ano, ano e meio ou inverno?** Disponível em
<<http://www.inteliagro.com.br/cana-de-ano-ano-e-meio-ou-inverno/>> Acesso em 11 de março de 2020.

ISTO É. **O maior El Niño da história?** Disponível em:
<https://istoe.com.br/433235_O+MAIOR+EL+NINO+DA+HISTORIA+/> Acesso em 22 de abril de 2020.

JAIME MEIRA DO NASCIMENTO JUNIOR – Doutor em Direito Civil pela Universidade de São Paulo; Promotor de Justiça e PATRICIA NUNES LIMA BIANCHI – Doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina. **Reflexão Sobre o Estudo do Direito Romano.** Disponível em:
<<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=281bc81fb21d55e2>> Acesso em 03 de Janeiro de 2020.

JORNAL CONTABIL. **Rescisão de contrato.** Disponível em:
<<https://www.jornalcontabil.com.br/rescisao-de-contrato-entenda-o-que-e-e-como-funciona/>> Acesso em 05 de janeiro de 2020.

JORNAL DIA DE CAMPO. **Plataforma reduz mão-de-obra excessiva na laranja.** Disponível em:
<<http://www.diadecampo.com.br/zpublisher/materias/Newsletter.asp?data=16/05/2011&iid=24266&secao=Pacotes%20Tecnol%F3gicos>> Acesso em 13 de março de 2020.

SIMÃO, José Fernando, **A resilição contratual I.** Disponível em
<http://professorsimao.com.br/artigos_simao_a_resiliacao_01.htm> Acesso em 04 de janeiro de 2020.

JUNIOR Valdemar João Wesz, **O Mercado da Soja no Sudeste de Mato Grosso (Brasil):** uma Análise das Relações entre Produtores Rurais e Empresas a Partir da Sociologias Econômica. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582019000100302&script=sci_arttext&tlng=pt> Acesso em 24 de Maio de 2020.

JUS BRASIL. **A teoria da imprevisão e seus reflexos na função social do contrato.** Disponível em <<https://fabimartin.jusbrasil.com.br/artigos/446131279/a-teoria-da-imprevisao-e-seus-reflexos-na-funcao-social-do-contrato>> Acesso em 01 de abril de 2020

JUS BRASIL. **Contratos de adesão e contratos paritários. Qual a melhor opção?** Disponível em: <<https://isissouzaaraujo.jusbrasil.com.br/artigos/732565658/contratos-de-adesao-e-contratos-paritarios-qual-a-melhor-opcao>> Acesso em 04 de janeiro de 2020.

JUS BRASIL. **Entenda a diferença entre multa compensatória e multa moratória.** Disponível em: <<https://bernardocesarcoura.jusbrasil.com.br/noticias/248505790/entenda-a-diferenca-entre-multa-compensatoria-e-multa-moratoria>> Acesso em 05 de janeiro de 2020.

JUS BRASIL. **Extinção dos contratos:** resolução, rescisão e rescisão. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/36823/extincao-dos-contratos-resolucao-resilicao-e-rescisao>> Acesso em 04 de janeiro de 2020.

JUS BRASIL. **História acerca do surgimento dos contratos.** Disponível em <<https://fernandobarbosa0.jusbrasil.com.br/artigos/640273674/historico-acerca-do-surgimento-dos-contratos>> Acesso em 03 de Janeiro de 2020.

JUS BRASIL. **Mensagens via whatsapp são consideradas válidas na desistência de contrato.** Disponível em: <<https://fernandaiasmine.jusbrasil.com.br/artigos/389297180/mensagens-via-whatsapp-sao-consideradas-validas-na-desistencia-de-contrato>>. Acesso em 03 de janeiro de 2020.

JUS BRASIL. **O que é a cláusula penal de um contrato?** Disponível em: <<https://lucasmarinho1991.jusbrasil.com.br/artigos/577091010/o-que-e-a-clausula-penal-de-um-contrato>> Acesso em 05 de janeiro de 2020.

JUS BRASIL. **Princípios do direito contratual.** Disponível em: <<https://estherpereira.jusbrasil.com.br/artigos/338923793/principios-do-direito-contratual>> Acesso em 03 de janeiro de 2020.

JUS BRASIL. **Resolução, resilição, rescisão, denuncia e distrato.** Disponível em: <<https://dcfreitasdireito.jusbrasil.com.br/artigos/308163373/resolucao-resilicao-rescisao-denuncia-distrato>> Acesso em 04 de janeiro de 2020.

JUS BRASIL. **Teoria da Imprevisão – Breves considerações.** Disponível em <<https://tatafreitas.jusbrasil.com.br/artigos/334204598/teoria-da-imprevisao-breves-consideracoes>> Acesso em 01 de abril de 2020.

JUS BRASIL. **Vícios e defeitos dos negócios jurídicos – Código Civil de 2002.** Disponível em: < <https://rafagraner.jusbrasil.com.br/artigos/509900632/vicios-e-defeitos-dos-negocios-juridicos-codigo-civil-de-2002>> Acesso em 03 de janeiro de 2020.

JUS.COM.BR. **A autonomia da vontade.** Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/34446/a-autonomia-da-vontade>> acesso em 03 de janeiro de 2020.

JUS.COM.BR. **A função social do contrato.** Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/55671/a-funcao-social-do-contrato>> Acesso em 04 de janeiro de 2020.

JUS.COM.BR. **Das provas: a importância deste instituto jurídico para o Direito Civil brasileiro.** Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/33700/das-provas-a-importancia-deste-instituto-juridico-para-o-direito-civil-brasileiro>> Acesso em 03 de janeiro de 2020.

JUS.COM.BR. **Princípios contratuais clássicos e modernos.** Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/41845/principios-contratuais-classicos-e-modernos>> Acesso em 03 de janeiro de 2020.

JUS.COM.BR. **Revisão contratual: comentários sobre a cláusula rebus sic stantibus e as teorias da imprevisão e da onerosidade excessiva.** Disponível em < <https://jus.com.br/artigos/18694/revisao-contratual-comentarios-sobre-a-clausula-rebus-sic-stantibus-e-as-teorias-da-imprevisao-e-da-onerosidade-excessiva>> Acesso em 31 de março de 2020.

MATHIAS, João. **Como Plantar Laranjas.** Disponível em < <https://revistagloborural.globo.com/vida-na-fazenda/como-plantar/noticia/2013/12/como-plantar-laranja.html>> Acesso em 13 de março de 2020.

MENEZES, Rafael. **Fonte das obrigações**. Disponível em: <<http://rafaeldemenezes.adv.br/aula/fonte-das-obrigacoes/aula-11-2/>> Acesso em 04 de janeiro de 2020.

MESQUITA, Carlos Magno de et al. **Manual do café: implantação de cafezais Coffea arábica L. Belo Horizonte**: EMATER-MG, 2016. 50p. il. Página 8. Disponível em: <http://www.sapc.embrapa.br/arquivos/consorcio/publicacoes_tecnicas/livro_implantacao_cafezais.pdf> Acesso em 13 de março de 2020.

MIGALHAS. **A resolução de contrato por onerosidade excessiva no Código Civil de 2002**. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/depeso/36821/a-resolucao-de-contrato-por-onerosidade-excessiva-no-codigo-civil-de-2002-necessarias-limitacoes>> Acesso em 04 de janeiro de 2020.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Empresa Comercial Exportadora/Trading Company**. Disponível em < <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/empresa-comercial-exportadora-trading-company>> Acesso em 20 de março de 2020.

MUNDO EDUCAÇÃO. **Commodities**. Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/commodities.htm> > Acesso em 20 de março de 2020.

NADER, PAULO. **Curso de Direito Civil, volume 3**: Contratos/ Paulo Nader. -9. Ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Forense, 2018.

NOTÍCIAS AGRÍCOLAS. **Condição ideal para o plantio; entenda quais são as necessidades das sementes e o que acontece com elas em condição de estresse**. Disponível em: <<https://www.noticiasagricolas.com.br/videos/soja/243729-entrevista-com-elmar-floss-professor-e-diretor-do-instituto-incia-sobre-o-riscos-do-plantio-sem-chuvas.html#.Xp82yMhKjIU>> Acesso em 21 de abril de 2020.

NOTÍCIAS AGRICÓLAS. **Contrato barter**: O que é pra que serve? Por Caius Godoy – advogado especialista em Agronegócios na AgroBox Advocacia em Agronegócios. Disponível em: <<https://www.noticiasagricolas.com.br/artigos/artigos-geral/232945-contrato-barter-o-que-e-pra-que-serve-por-caius-godoy.html#.XssJUGhKjIU>> Acesso em 24 de maio de 2020.

NOVO NEGÓCIO. **Como fazer o Plantio de Soja do Zero até a colheita**. Disponível em <<https://novonegocio.com.br/rural/plantio-de-soja/>> Acesso em 14 de março de 2020.

NOVO NEGÓCIO. **Como plantar milho passo a passo.** Disponível em <<https://novonegocio.com.br/rural/plantar-milho/>> Acesso em 20 de março de 2020

PODER JUDICIARIO DO ESTADO DO MATO GROSSO. **Jurisprudência.** Disponível em: <<https://www.tjgo.jus.br/jurisprudencia/juris.php?acao=query&tipo=P&posicao=>> Acesso em 26 de abril de 2020.

POLOTIZE. **O que são commodities agrícolas.** Disponível em <<https://www.politize.com.br/commodities-agricolas/>> Acesso em 20 de março de 2020.

PORTAL AGROPECUÁRIO. **Saiba quais são as opções de colheita de café.** Disponível em <<https://www.portalagropecuario.com.br/agricultura/cafeicultura/saiba-quais-sao-opcoes-colheita-cafe-importante-para-sucess-producao>> Acesso em 13 de março de 2020.

PORTAL KLFF. **El Niño impacta agricultura e traz cenário adverso.** Disponível em <<http://www.portalklff.com.br/publicacao/el-nio-impacta-agricultura-e-traz-cenario-adverso-1235>> Acesso em 12 de abril de 2020.

PROFIGEN. **Aprenda a cultivar Virginia.** Disponível em <<https://profigen.com.br/informacoes/aprenda-a-cultivar/virginia-cura-100>> Acesso em 20 de março de 2020.

REGINATO, Maiara Perez; ENSINAS, Simone Cândido; RIZZATO, Melina Cecília Oliveira; SANTOS, Karla Koslinski; PRADO, Eber Augusto. **Boas Práticas de Armazenagem de Grãos.** Disponível em: <<https://anaisonline.uems.br/index.php/enic/article/viewFile/2300/2263>> Acesso em 18 de março de 2020.

REIS, Tiago. **Bolsa de Valores, Commodities.** Disponível em: <<https://www.sunoresearch.com.br/artigos/o-que-commodities/>> Acesso em 20 de março de 2020.

REVISTA CULTIVAR. **Os cuidados que o produtor deve tomar na colheita do tabaco.** Disponível em <<https://www.grupocultivar.com.br/noticias/os-cuidados-que-o-produtor-deve-tomar-na-colheita-do-tabaco>> Acesso em 19 de março de 2020.

REVISTA RURAL. **Frutas – Hortifruticultura mecanizada.** Disponível em <https://www.revistarural.com.br/Edicoes/2011/Artigos/rev158_frutas.htm> Acesso em 13 de março de 2020.

RICCO PANE. **Conheça os tipos de cafés mais famosos do mundo.** Disponível em: <<https://www.riccopane.com.br/site/2016/07/21/os-tipos-de-cafes-mais-apreciados-do-mundo/>> Acesso em 13 de março de 2020.

RURAL CENTRO. **Perdas na Colheita Mecanizada de Gãos: Quais São as Causas?** Disponível em: <<https://www.ruralcentro.com.br/analises/perdas-na-colheita-mecanizada-de-graos-quais-sao-as-causas-4017>> Acesso em 20 de março de 2020.

SANTOS, Marco Antônio dos Santos. **Saiba mais: época de plantio e renovação de cafezais.** Disponível em: <<https://www.cafepoint.com.br/noticias/giro-de-noticias/saiba-mais-epoca-de-plantio-e-renovacao-de-cafezais-54780n.aspx>> Acesso em 11 de março de 2020.

SANTOS, Roseli Rocha; MYSZCZUK, Ana Paula; GLITZ Frederico Eduardo Zenedin. **Contrato de compra e Venda na Cadeia Agroindustrial da Soja.** Ano 2010. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/download/328/273>>. Acesso em 24 de maio de 2020.

SEMAGRO. **Fenômeno do El Niño afeta produção de alimentos no Brasil.** Disponível em: <<http://www.semagro.ms.gov.br/fenomeno-do-el-nino-afeta-producao-de-alimentos-no-brasil/>> Acesso em 12 de abril de 2020.

SIGNIFICADOS, **Significados do Feudalismo.** Disponível em: <<https://www.significados.com.br/feudalismo/>> Acesso em 03 de janeiro de 2020.

SILVEIRA, Caius Marcellus Reis. **Introdução ao Agronegócio.** Montes Claros – MG, 2010. Disponível em: <<http://www.ead.go.gov.br/cadernos/index.php/CDP/article/download/139/102/>> Acesso em 28 de fevereiro de 2020.

SOUZA CRUZ. **Fumicultores iniciam plantio do tabaco.** Disponível em <<https://www.produtorsouzacruz.com.br/noticias/fumicultores-iniciam-plantio-do-tabaco>> Acesso em 18 de março de 2020.

SOUZA CRUZ. **Início da colheita do tabaco.** Disponível em <<https://www.produtorsouzacruz.com.br/noticias/inicio-da-colheita-do-tabaco>> Acesso em 19 de março de 2020.

STJ, JUSBRASIL.COM. **Jurisprudência**. Disponível em <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/15814299/recurso-especial-resp-849228-go-2006-0106591-4/inteiro-teor-16839659>> Acesso em 27 de abril de 2020.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil, v3: Teoria dos contratos em espécie/ Flavio Tartuce; 12 ed. Ver; atual e ampl. – Rio de Janeiro: Forense 2017.**

TECNOLOGIA E FLORESTA. **A Importância do Clima e Temperatura para Agricultura**. Disponível em: <<http://www.tecnologiaefloresta.com.br/2016/10/20/importancia-do-clima-e-temperatura-para-agricultura/>> Acesso em 11 de abril de 2020.

TERRA. **Conheça os destaques da economia das cinco regiões do País**. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/economia/conheca-os-destaques-da-economia-das-cinco-regioes-do-pais,8478885ca376b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html> > Acesso em 09 de março de 2020.

TJ.PR.JUSBRASIL.COM. **Jurisprudência**. Disponível em < <https://tj-pr.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/199600494/apelacao-apl-12004101-pr-1200410-1-acordao/inteiro-teor-199600504>> Acesso em 27 de abril de 2020.

TODA MATÉRIA. **O Que é Agronegócio?** Disponível em:<<https://www.todamateria.com.br/o-que-e-agronegocio/>> Acesso em 27 de abril de 2020.

TORO. **Mercado futuro – o que é e como funciona**. Disponível em:<<https://artigos.toroinvestimentos.com.br/mercado-futuro-o-que-e-como-funciona>> Acesso em 20 de março de 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO. **Jurisprudência**. Disponível em <<https://esaj.tjsp.jus.br/cjsrg/resultadoCompleta.do>> Acesso em 27 de abril de 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS. **Jurisprudência**. Disponível em: <<https://www.tjgo.jus.br/jurisprudencia/juris.php?acao=query&tipo=P&posicao=>> Acesso em 26 de abril de 2020.

UNOESTE, Presidente Prudente, SP. **Curso de Direito**. 2018 Página 59. Disponível em: <<http://www.unoeste.br/site/enepe/2018/suplementos/area/Socialis/Direito/A%20INFLU%C3%80NCIA%20DOS%20PRINC%C3%80S%20DPIOS%20NAS%20DECISOES%20JUDICIAIS.pdf>> Acesso em 03 de janeiro de 2020.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil:** teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos 13 ed. 2013, página 486.

ZMB ADVOGADOS. **Clausula penal – compensatória x moratória.** Disponível em: <<http://zmb.adv.br/clausula-penal-compensatoria-moratoria/>> Acesso em 05 de janeiro de 2020.